

MORDOMIA

Visão inicial

Você encontrará nesta obra um estudo resumido do Dízimo, conforme preceituam as Escrituras. Creio ser valioso, especialmente para as lideranças da Igreja.

APRESENTAÇÃO

Nestes dias em que a “teologia da prosperidade” campeia nos meios “evangélicos”, nós somente temos motivos de agradecer ao Pai Celeste a disposição desse *experiente pastor* de abrilhantar-nos com uma obra tão importante quanto esta, onde fica totalmente claro e transparente, conforme as Escrituras Sagradas do Velho e do Novo Testamentos, como *bom reformado* em suas convicções doutrinárias, que os verdadeiros crentes são mordomos de seu Senhor e Salvador.

Na expectativa de que Deus possa estar usando esta obra para mostrar aos nossos pastores, presbíteros, líderes e também a cada um dos membros das nossas igrejas a importância da **MORDOMIA CRISTÃ**, não somente através dos **dízimos** das nossas rendas, de nossas ofertas, mas também dos nossos talentos, dons e **tempo** de trabalho para o crescimento do Reino de Cristo na terra, pois ela nos mostra claramente, por meio da Bíblia, que se trata de mandamento de Deus para os seus súditos.

Nossa oração é que esta obra possa ser usada por Deus, em nós e por nosso intermédio, nas igrejas jurisdicionadas pelo **PRGV** (Presbitério de Governador Valadares), bem como em toda a Igreja Presbiteriana do Brasil, para o crescimento das mesmas e para a glória, honra e louvor do Pai.

Edivaldo Andrade Machado
Médico Veterinário
Presbítero da I. P. Filadélfia.
Tesoureiro do PRGV.

PREFÁCIO

A nossa salvação é obra graciosa de Deus, aplicada a nós, seus eleitos, por Jesus Cristo, mediante a fé salvadora, independente de nossa vontade.

A santificação, também, é obra da graça de Deus na vida dos seus regenerados, efetuada em nós pelo Espírito Santo, pela qual Deus nos concede a oportunidade e o benefício da participação santificadora, lançando mão, a nosso favor, de seus atributos comunicáveis. Porém, mesmo salvos da condenação do pecado, ainda continua impregnada, bem no íntimo do nosso ser, a semente maldita, que pode germinar e aflorar a qualquer momento.

O orgulho e a avareza são tipos de pecados que nos levam a supervalorizar o “ser” e o “ter”, e subestimar a humildade e o servir. Esses dois pecados têm massacrado e aniquilado a mordomia de muitos crentes dentro da Igreja do Senhor Jesus.

Sinto-me agraciado e honrado por ter sido convidado pelo autor, Rev. Onezio Figueiredo, meu amigo e irmão em Cristo, para prefaciar esta obra. Já nos conhecemos há quase trinta anos. É zeloso da sã doutrina e santificação do rebanho, que Deus lhe tem confiado. Mesmo jubilado, o incansável PASTOR não cruza os braços.

Dentre muitas obras valiosíssimas e úteis para a santificação e pureza doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil, escritas pelo Rev. Onezio Figueiredo, MORDOMIA veio na hora certa e no momento exato para a Igreja, quando muitos crentes encontram-se com os olhos vedados pelo “ser” e pelo “ter”, não entendendo que a MORDOMIA, além de fazer parte do processo divino de santificação, é uma oportunidade que Deus lhes tem dado para cultuá-lo, glorificá-lo, servirem-se mutuamente, e servirem o próximo de fora da Igreja, tornando-se verdadeiros “*sal da terra e luz do mundo*”.

Amigo leitor, lendo este livro e praticando os seus ensinamentos, sua vida será como um ramo frutífero da videira de nosso Deus, corpo do Senhor Jesus Cristo, sua Igreja.

Que Deus o abençoe.

Uriel Gusmão:
Advogado e Administrador de Empresa.
Aposentado como funcionário da CEMIG.
Presbítero.
Vice-Presidente do Conselho da Ig. Presb. Filadélfia.

Mordomo e Mordomia

Mordomo é uma palavra composta, significando, originalmente, “o maior da casa” (mor + domus). Era, geralmente, um escravo de confiança, treinado para gerenciar a casa(oikos) do seu senhor, tendo a obrigação de administrar bem e corretamente, prestando contas, periodicamente, ao dono. Os dois maiores exemplos de mordomia no Velho Testamento são: Eliezer, mordomo de Abraão (Gn 24.2), e José, mordomo de Potifar e de Faraó (Gn 41.40,41), ambos na condição de escravos privilegiados de seus respectivos senhores. Assim somos nós, servos de Deus no mundo, onde peregrinamos transitoriamente e, encerrada a jornada, nada daqui levaremos.

Mordomia é o exercício das funções mordômicas; são as habilidades, as técnicas e até a arte da administração do lar ou do clã familiar. A ciência do gerenciamento econômico (economia) nasceu no lar, célula matriz e básica o empresarialismo. Os núcleos domésticos das sociedades primitivas eram de economia mista e auto-suficientes, isto é, viviam da exploração agropecuária e produziam seus próprios bens de consumo e produção tais como: tecidos, vasos e outros objetos domésticos, bem como ferramentas e máquinas manuais primitivas. Por crescimento vegetativo e casamento, as famílias cresciam, formando tribos ou clãs, algumas enormes, todas patriarcalizadas: centralizadas na figura do patriarca, não figurativamente, mas realmente. Ele, o patriarca, era senhor absoluto, que administrava a prole inteira; o seu deus era o deus de seu patriarcado. Os clãs familiares tornavam-se poderosos e, conseqüentemente, complexos do ponto de vista administrativo. Não se deve esquecer que toda produção destinava-se ao conjunto; tudo se tinha em comum, um tipo primário de cooperativa, sendo o ancestral do clã o administrador e o “justiceiro”, distribuindo os bens eqüitativamente e também segundo as necessidades de cada um.

As tribos, economicamente fortes, compravam escravos ou aceitavam escravaturas espontâneas. Muitas sociedades tribais de economia patriarcal possuíam gerações de escravos nascidos sob o regime de escravidão e “devidamente educados” ou “condicionados” para serem escravos “eficientes” e “dóceis”. Dos mais “domesticados”, “inteligentes” e “submissos” escolhia-se um e o adestrava para ser administrador supervisionado da casa e, em alguns casos, até dos bens do seu senhor. Em razão do cargo ocupado, tal escravo recebia o nome de “mordomo”, “maior da casa”. Em virtude de sua situação de escravo, nada possuía; tudo era de seu senhor. Cabia-lhe apenas o privilégio de ser destacado e diferenciado dos demais escravos para a alta e nobre função de chefe mordômico dos agregados familiares e do patrimônio de seu senhor.

II- Mordomia Cristã e Geral.

O cristão é um escravo (doulos) de Deus, propriedade exclusiva de seu Rei e Senhor (I Pe 2. 9,10 cf Dt 7.6; 14.2). Ele e seus dons, habilidades, bens de produção e de consumo, pertencem ao Criador do qual e para o qual é toda natureza: mineral, animal e vegetal. Somente o cristão verdadeiro e fiel pode ser *escravo consciente*, capaz de compreender e aceitar o direito de propriedade do Criador sobre sua obra criada e sobre o homem, reconhecendo, na teoria e na prática, sua condição de servo, mas com a dignidade social, moral e espiritual de mordomo. O eleito escolhido na economia da graça é “escravo consciente.” Todos os seres humanos, porém, uns mais, outros menos, conforme a capacidade, o poder e a responsabilidade de cada um, podem ser, e efetivamente são, usados por Deus, tudo conforme os objetivos da criação. *“Disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio (poder de governar) sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda terra e sobre todos os reptéis que rastejam pela terra” (Gn 1.26). “Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2.15).* Eis as missões delegadas à criatura humana pelo Criador: *governar, produzir e preservar*. Sempre que o homem age em cumprimento a tais princípios, seja crente ou ateu, cumpre o desiderato original e serve a Deus. Quando, porém, procede contrariamente, desgovernando, malbaratando o tempo e depredando os bens naturais, torna-se anti-servo, comportando-se como “adversário” do Criador.

As Escrituras revelam-nos que Deus usou, chamando-os de “servos”, reis pagãos como Nabucodossor, rei babilônico (Jr 27. 6,7) e Ciro, rei persa (Is 48.28), e continua utilizando-se de todos os governantes, para justiça ou para juízo (Rm 13. 1-7). Qualquer ser humano, com vontade própria ou sem ela, pode estar a serviço do Rei supremo. Por exemplo, a serviço de Deus estiveram, inconscientemente, a prostituta Raabe (Js 2.1-15) e a viúva de Sarepta, uma sidomita (I Rs 17.9). Todas as descobertas e inventos, todos os avanços das ciências exatas, médicas, e tecnológicas são serviços mordômicos ao Criador do universo e Senhor da humanidade. Todos os legítimos e bons governantes, todos os magistrados, todos os professores, todos os servidores da justiça, do parlamento e do Estado, bem como todos os trabalhadores rurais, industriais, comerciais e autônomos, cientes ou não, são servos e súditos do soberano Rei e Senhor do mundo. No serviço litúrgico, porém, ele tem os seus “diáconos” (ministros), que o servem dia e noite com o “culto da vida” no testemunho, na palavra, na devoção pessoal diária e ininterrupta, na participação dos sacramentos e envolvimento neles, na oração, na contrição e na adoração comunitária. A mais patente e concreta prestação de culto do mordomo (escravo) ao seu Senhor acontece por ocasião de sua mensal ou até diária “prestação de conta” ao “Dono de tudo”, momento em que “entrega” ao Proprietário de todos os bens de produção,

inclusive o bem do emprego e da profissão, o que lhe pertence- *o dízimo*. Pelo ato de dizimar ao Salvador, o salvo lhe diz, tacitamente: Não sou adorador verboso como o é o servo infiel; adoro-te de fato e de verdade com tudo que sou e que tenho. O dízimo é o atestado da fé e da fidelidade do servo.

III- Pecado: quebra do dever mordômico:

“Então, formou o Senhor ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida e o homem passou a ser alma vivente (cf I Co 15.45). E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado. Do solo fez o Senhor Deus brotar toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento; também a árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conhecimento do bem e do mal”(Gn 2.7-9). “Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2.15-17).

Conforme o relato da criação do homem, fica evidenciado o seguinte:

III.1- Homem é de Deus.

O ser humano é uma criação artística do Criador, e toda obra pertence ao seu autor, que tem direitos autorais sobre ela. A vida da criatura humana procedeu de Deus e a ele pertence. Portanto, o homem, integralmente, (psicossoma), é propriedade exclusiva de Deus e, sendo assim, ele e tudo o que produz em quaisquer áreas de atividades, em princípio, é patrimônio de seu Senhor e dono. Embora seja um “escravo”, não possuindo a si mesmo e a nada que manipula e administra, o ser humano é de uma dignidade ímpar na criação, pois Deus tomou-se a si mesmo como “modelo” de sua obra prima: *“Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1.26)*. O homem não é servo de Deus, a serviço da obra criada e do semelhante, como um “domesticado” e “embrutecido” para ser “comandado” e “dirigido” passivamente pela invisível mão divina. O mordomo, embora pertença ao seu Senhor, com ele se identifica e com ele se interage racional, emocional e espiritualmente. A mente do regenerado, filho de Deus, está em sintonia com a de seu Pai, e ele o serve por impulso natural, por amor e como responsável pelo “patrimônio” que lhe foi confiado por criação e por mandamento. Assim como Deus trabalha até agora (Jo 5.17), governando e mantendo a obra criada e servindo ao homem, também a criatura, sua “imagem”, precisa trabalhar, não por obrigação ou coação, mas por vocação original, exatamente como procede o Criador. O homem, pois, foi criado para ser filho-mordomo da casa do Pai: eis a sua finalidade última.

III.2- O berço do homem.

O homem não é criador; entra na obra criada por exclusiva decisão de Deus, sem pedir para ser introduzido nela por nascimento e dela retirar-se por falecimento. O seu papel individual no complexo conjunto da humanidade é determinado pelo Criador. Cada um é e faz o que Deus quer que seja e faça. Mesmo os réprobos, no contexto do governo geral de Deus, são servos, com maior ou menor participação no “serviço” global de todos os seres humanos. O ambiente da “*imago Dei*” é uma dádiva de seu Criador e Senhor: “*E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado*” (Gn 2.8). O casal primevo foi comissionado a “cuidar” do jardim que Deus “plantou” para ele, isto é, entregou-lhe uma natureza paradisíaca prontinha, acabada, perfeita, dando-lhe o direito de beneficiar-se dela, mas com a responsabilidade do cuidado, da preservação e da perpetuação. Não sendo capaz de manter-se íntegro, danificou-se e danificou a natureza, levando a terra a ser amaldiçoada e, por sua causa produzir “cardos e espinhos” (Gn 3.17,18), isto é, tornando-se inóspita. Apesar do conflito permanente entre homem e natureza, esta tem sido pródiga para com ele, que lhe responde com agressão destrutiva mais que com preservação e cultivo. Eis o objetivo mordômico do primeiro homem, segundo os propósitos do Criador: *Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar*” (Gn 2.15). Aqui se configura a situação perfeita do “mordomo de Deus”, quer dizer: o administrador do “jardim do Pai”. O texto nos mostra que os milagres da germinação das sementes, consequenciando a multiplicação das espécies, é dádiva de Deus. O Criador também o agraciou com os bens morais, os da vida física, e com a dádiva da existência eterna: a árvore da vida e a árvore do conhecimento do bem e do mal. Em suma: o homem foi criado para ser mordomo de Deus. Se os incrédulos, rebelados e injustos por natureza, rechaçam a mordomia divinamente delegada, o regenerado acata-a naturalmente e a executa. Sendo Deus o Criador e proprietário de tudo, concedendo ao homem os benefícios da “parceria”, sem qualquer “investimento”, para o uso de bens (terra, ar, vento, oxigênio, hidrogênio, vitaminas naturais, carboidratos, glicídios, proteínas, minérios, sais minerais, água, sua própria vida, inteligência, percepção, memória, raciocínio, criatividade), não se admite um “crente verdadeiro”, mordomo e parceiro de Deus neste mundo e no vindouro, que não lhe seja fiel, especialmente na entrega do dízimo.

IV- O pecado da Infidelidade.

Todas as árvores do Jardim de Deus (natureza) e sua renovação sistemática e constante pelo mecanismo natural da reprodução e aperfeiçoamento da espécie foram postas à disposição do homem. Somente

uma o Criador reservou para si como seu patrimônio privativo, na qual o homem não deveria tocar, nem precisava fazê-lo; ele tinha à sua disposição 99% do jardim. Deus reservou 1%, e este mínimo foi declarado intocável. Ao homem, que recebera tanto, não lhe custava respeitar o de Deus. A ganância levou-o a lançar mão do que era exclusivo do Pai, desmerecendo-lhe a confiança e, em conseqüência, quebrando o pacto de parceria com Deus, extremamente gracioso e incrivelmente vantajoso ao mordomo infiel. Era exclusivo de Deus o conhecimento do bem e do mal (Gn 2.17). Só ele podia controlar os dois poderes divergentes e conflitantes, mantendo as fronteiras entre um e outro. A “sua árvore” representava tal direito bem como a prerrogativa de dispor de um ou de outro, conforme o fim almejado, segundo o seu propósito ou beneplácito. O homem, apropriando-se de tais poderes opostos e essencialmente antagônicos, entrou em crise interna e provocou a crise externa na natureza e no meio social. Duas potências opostas instalaram-se, conflitantemente, no interior do homem, desequilibrando-o, desorientando-o, confinando-o no abismo da perplexidade. Agora, sem nada ser, mas se julgando dono de tudo na natureza e senhor do bem e do mal, descontrolou a ordem natural, danificou e continua danificando o meio ambiente, incredulizou e idolatrizou a sociedade, desgovernando, moralmente, a humanidade. Esse foi o resultado final de se atribuir à criatura frágil e finita prerrogativas e poderes tão ilimitados.

O pecado do nosso ancestral, causador de tantos e desastrosos prejuízos à humanidade, repete-se todas as vezes que um servo de Cristo, depois de prometer ser-lhe fiel, quebra o “voto de fidelidade”, como fez o primeiro homem, lançando mão do que é de Deus, a décima parte dos rendimentos (dízimo), para seu benefício pessoal. O pacto de servitude e de parceria mordômica com Deus é rompido, sempre que se deixa de entregar ao seu legítimo dono a parte que lhe pertence, os 10%. **O dízimo é um sinal material, sensível e visível, do pacto com o Redentor.** Sonegá-lo é “roubo” e, portanto, ab-rogação do oitavo mandamento: “*Não furtarás*” (Ex 20.15). Quando se mente, usando truques contábeis ou subterfúgios para “diminuir” o valor do dízimo, além da quebra da ordenança pertinente (Não furtarás), fere-se também o nono mandamento: “*Não dirás falso testemunho contra o teu próximo*” (Ex 20.16); atitude com a qual se dá lugar ao Diabo, pai da mentira e essencialmente mentiroso: “*Vós sois do Diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhe os desejos. Ele foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade, porque nele não há verdade. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira*” (Jo 8.44). Quando se mente para fugir à responsabilidade de mordomo de Deus, ou para negar-lhe o que lhe é devido em termos de consagração integral e devolução total da parte que lhe toca, o dízimo, torna-se, infelizmente, “mordomo do maligno”, renegando a divina verdade e abraçando a satânica mentira, quer

por meio da fala quer por intermédio de atos desonestos. Assim fizeram Ananias e Safira (At 5.1-11), merecendo e recebendo severíssima punição.

V- O Pecado da “Mamonlatria”.

Mamon (grego: Mamonas; aramaico: mamona), deus informal da matéria, dos bens materiais, do dinheiro, das riquezas. Tal divindade não pode ser servida por um servo de Deus. Eis a advertência de Cristo a respeito: *“Ninguém pode servir (douleuein) a dois senhores (kyríoí); porque ou há de aborrecer-se de um e amar o outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir (douleuein) a Deus e às riquezas (mamonas, no original)”* (Mt 6.24).

A riqueza personificada por Cristo na divindade pagã própria, Mamon, disputa com o Deus real o serviço “dulêutico”, isto é, o “culto diacônico”. Os materialistas confiam, realmente, no poder provedor e mantenedor do dinheiro, “único”, no entendimento deles, capaz de “produzir felicidade” temporal. No “tesouro” está o coração do réprobo (Mt 6.21). Os que “confiam” nas riquezas dificilmente entrarão no reino de Deus (Mc 10.24).

O membro da Igreja que se vale de artifícios e artimanhas contábeis para reter parte do dízimo por subtração, deliberadamente ou não, “serve”(?), isto é, cultua a dois senhores: Deus e Mamon. Aquele que se declara formalmente “servo de Deus”, mas não o serve com seu dízimo, é servo de Mamon disfarçado de servo de Cristo. Quando calcular os seus rendimentos para deles retirar a parte de Deus, examine se Mamon não entrou na parceria, como partícipe, de seu *“culto mediante o dízimo”*, isto é, se você não lhe destinou uma parte do que era devido somente a Deus. Lembre-se do imperativo enfático e terminantemente proibitivo do Mestre: *“Não podeis servir a Deus e a Mamon.”*

O incrédulo e o falso religioso (daquela religiosidade sem temor de Deus e sem respeito, submissão e verdadeira adoração a ele) execram o dízimo e ridicularizam os dizimistas, dizendo que o que fazem é “encher barriga” de pastor e que eles, “espertos” e “sabidos” não “entram” em tal “engodo”. Esquecem-se de que *“os crentes”*, exatamente por serem filhos de Deus, respeitem a sua Palavra e se submetem aos seus mandamentos, seguindo a ética cristã, não **“esbanjam”** suas economias com inutilidades, frugalidades, luxúria, carnalidade lúdica e hedônica, concupiscências, jogos de azar, vícios, prostituições e tantos meios carnavais de delapidação salarial, destruição de rendas domésticas e malbaratamento de economias “per capitas”. Portanto, mesmo entregando 10% do ganho mensal, semanal ou diário ao seu Senhor, sobra-lhe muito mais, em termos relativos de poupança, do que, em idêntico nível de rendimentos, restará a um fumante, bebedor de cerveja, de “pinga”, e jogador (mesmo não sendo compulsivo) de loterias e “raspadinhas”. Além do mais, o servo de Deus dizimista, cresce

espiritualmente, não só pelo sistemático exercício da fé, mas pela graça de contribuir para a manutenção, estabilização e progresso do Reino de Deus local, nacional e internacional, além de ter consciência de que uma parte de sua contribuição, segundo os relatórios anuais que lhe são fornecidos, gera beneficência nas várias instituições caritativas da Igreja. Acrescenta-se a isso a preservação de sua saúde, consequenciando melhor qualidade de vida física e maiores condições de sustentabilidade do lar, manutenção e permanência da unidade familiar. As separações por infidelidade conjugal, danosas aos filhos e espiritualmente degradantes, são raras entre os crentes fiéis e realmente dizimistas. O servo de Deus batalha para ser um honesto mordomo de seu Senhor e Salvador e, como resultado, torna-se mais prudente nos gastos, mais econômico, mais dedicado ao trabalho e, conseqüentemente, mais produtivo. Aqueles cujas vidas Deus não controla por não serem servos, dão muito mais de 10% de seus rendimentos ao Diabo, “*bancador*” de todos os prazeres carnis, quer em mordomia de seus tempos úteis, em dispêndio de energias, quer em mordomia financeira. Não servem a Deus, mas servem, e com “alegria sensual”, o mundo ao qual dedicam seus corpos e vidas, que se desgastam e se corrompem em prazeres concupiscente, em vícios depravantes e orgias desgastantes. Um casal, que se filiou à Igreja por profissão de fé e batismo, disse-me o seguinte: “Pastor, éramos antidizimistas, mas não éramos antitabagistas, antialcoolistas, antiloteristas e antidanceristas. Não nos sobrava nada no final do mês. Estávamos sempre “no vermelho”, com o “cheque especial” estourado. Entramos para a Igreja, tornamo-nos dizimistas, deixamos de gastar os nossos rendimentos com as coisas mundanas. Resultado: já demos entrada no nosso apartamento e tem-nos sobrado para as prestações mensais sem sacrifício da família; saímos do “vermelho”, nossas relações conjugais e familiares melhoraram; até a gastrite do “chefe da casa” desapareceu. O “dizimismo”, por ordenança divina, é mil vezes melhor que o “mamonismo”, pagão, materialista e mundano por natureza. O dinheiro, quando se torna um ídolo, converte o homem em “mamonlatrista”, corrompe-lhe o caráter, desvia-lhe a fé do Deus-Espírito supremo para o deus-matéria: *“Ora, os que querem ficar ricos caem em tentação, e cilada, e em muitas concupiscências insensatas e perniciosas, as quais afogam os homens na ruína e perdição. Porque o amor do dinheiro é raiz de todos os males; e alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé e a si mesmos se atormentaram com muitas dores”* (I Tm 6.9,10). Não é, porventura, por amor ao dinheiro, ao deus Mamon, que muitos “crentes(?)” sonegam o dízimo ou parcela dele? Duro é dizê-lo, pois a verdade dói nos corações insinceros e fere as mentes que agasalham a mentira, a desonestidade. O verdadeiro servo de Deus, mordomo de seu reino, tem de ser, conseqüentemente, dizimista.

VI- Fundamentos Bíblicos da Mordomia:

Já se disse que, segundo as Escrituras, o homem foi criado para ser mordomo do Criador, governador e mantenedor de todas as coisas, naturais e espirituais. O Patrono do homem preserva, sustenta e recria, providencialmente, toda a utilíssima ordem natural da criação. Vejamos o que a revelação escriturística nos ensina a respeito:

VI.1-Tudo foi criado por Deus e para ele:

“Esta é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele.” (Cl 1.15,16).

“Tu és digno Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas.” (Ap 4.11 cf Gn . 1.1 a 2.3; Gn 2.4-25; Sl 33.6,9; Sl 148.5,6; Is 42.5; Is 45.7,8; Is 54.16; Rm 1.20; Ef 3.9).

Os universos físico e espiritual foram criados por meio de Cristo e para ele. Tudo é de Cristo: o Mordomo dos mordomos do Pai. Sendo, por outro lado, o Cabeça da Igreja, todos os membros reais são-lhe servos (escravos), tendo o dever de servi-lo integralmente com sua vida, talentos e bens, incluindo o dízimo, fazendo quorum com a totalidade da criação: serva do Filho de Deus. O seu meio de produção (emprego, atividade autônoma, e profissão) é criação do Pai por meio do Filho e para ele. Tudo lhe é devido, não por obrigação, mas por amor irrestrito e absoluto: *“Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento”* (Mt 22.37). A não entrega total ou parcial do dízimo é clara expressão de desamor ao Senhor e dono de todas as coisas, que não é outro senão nosso Salvador, o Filho de Deus.

O culto, de que o dízimo faz parte como expressão concreta da fidelidade do mordomo ao seu Senhor, é prestado, não somente ao “Cristo Redentor”, mas também, e igualmente, ao “Cristo Mediador da criação”, fato que o Espírito declara indubitavelmente pelas incontestáveis palavras: *Digno és, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas* (Ap 4.11). O verdadeiro mordomo não pode “adorar” sem “servir”, pois Culto é servitude. Perde o direito de “pedir” quem não cumpre o “dever” de “servir”, de “entregar” ao Salvador o que lhe pertence. Não se habilita espiritual e moralmente para se requerer a gratidão de Deus aquele que não lhe é grato em suas ofertas voluntárias, além do dízimo.

Há pessoas que, por falta de instrução ou má fé para com o Senhor e dono de tudo, desvinculam seu “patrimônio” financeiro produtor de lucros, que lhe aumentam os bens empresariais, da sua renda pessoal, destinada

apenas ao seu consumo doméstico, esquecendo-se de que *“tudo pertence a Deus”*. A vinculação patrimonial ao seu proprietário gerenciador é clara no mandamento sabático, que proíbe atividades produtivas de todos e quaisquer meios de produção: *Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro”* (Ex 20.10). O ato de adoração ao Deus do pacto por seu mordomo inclui não somente a família, mas tudo que Deus lhe deu, todos os seus bens móveis e imóveis. Nem o animal, instrumento de produção, podia ficar fora da “responsabilidade” sabática, posto que propriedade de seu senhor e a ele submisso. Abraão foi chamado e partiu em cumprimento à ordenança divina, levando todos os bens, inclusive os “trabalhadores” agregados ao clã (Gn 12.5). Josué, à vista de possível recuo do povo de Deus, no estágio final da marcha para o Terra da Promissão, por causa da constatada idolatrização, afirmou: *“Eu e minha casa serviremos ao Senhor”* (Dt 24.15, *in fine*). Isto significa: eu, minha família, e tudo que me pertence, serviremos ao Senhor. Quem não é dizimista não pode dizer: Eu sirvo a Deus com tudo o que é meu.

VI.2-Deus é Dono de Tudo:

“Eis que os céus e os céus dos céus são do Senhor, teu Deus, a terra e tudo o que nela há”(Dt 10.14). *“Ao Senhor pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam”*(Sl 24.1). *“Eis que todas as almas são minhas; como a alma do pai, também a alma do filho é minha; a alma que pecar, essa morrerá”*(Ez 18.4). *“Acaso não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo, que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos?”* *Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo”*(I Co 6.19,20). *“Porque nenhum de vós vive para si mesmo, nem morre para si. Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor.”*(Rm 14.7,8). *“Minha é a prata, meu é o ouro, diz o Senhor dos exércitos”*(Ag 2.8) *“Eu sou o Bom Pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem, assim como o Pai me conhece e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas”*(Jo 10.14,15).

Dos textos acima deduzimos as seguintes verdades, já delineadas anteriormente:

VI.2.a- Deus criou o universo, incluindo nele a terra com sua natureza, para si mesmo: a arte pertence ao Artista. O homem nada possui; recebeu mandato de “administrador”, dentro de sua área de ação e sob condições especiais, da flora, da fauna terrestre e aquática, dos bens de produção extrativos e industriais, dos minerais brutos e das pedras preciosas. Conferida lhe foi a faculdade de domesticar, colocando a serviço de seu Senhor, muitos

animais, além de dispor de outros, destinados à alimentação. Em todas e quaisquer situações o homem não passa de mordomo do Criador e Senhor de tudo. A Carta aos Efésios, em consonância com o que se disse, afirma que Deus “age por meio de todos”; isto é, “todos”, consciente ou inconscientemente, são instrumentos da ação de Deus no mundo e, portanto, de modo lato, mordomos do Criador. O cristão, porém, revelado pela Palavra de Deus, toma consciência de seu papel de “servo” (escravo) do Rei, mas um servo privilegiado, posto que colocado como um sócio de seu Senhor, com participação de 90% nos rendimentos decorrentes dos meios de produção e de mercado; tudo oferta do Supremo e Soberano Senhor do universo.

VI.2.b- O homem não é dono de si mesmo. Não determinou o seu ingresso no mundo; não criou suas próprias vocações, seus pendores, seus dons naturais; não escolheu seus ancestrais, sua pátria, sua língua nativa, sua raça, sua família e seu modo pessoal de ser, sua saúde, sua inteligência, suas virtudes e seus carismas; não sabe porque é o que é, nem o que será no dia seguinte; não evitará, por maiores que sejam seus recursos pecuniários, sua morte física; não determina seu destino eterno: salvo com Cristo ou perdido sem ele no além. Esse homem, inteiramente inabilitado e absolutamente dependente, Deus o toma por mordomo seu, privilegiando-o sobremaneira. Não cumprir, pois, o dever mordômico, especialmente em se tratando de “servo do Senhor”, é pecaminoso. Quem não devolve a Deus o que é dele, cai no delito da infidelidade.

VI.2.c- Deus não deixa o universo entregue à própria sorte, administra-o diretamente. Apenas em área muito restrita e nesta, em parcela mínima, concedeu ao homem o privilegio de ser-lhe colaborador, com direito de usufruto, mas o patrimônio geral é reserva privativa do Criador e Rei universal. Daqui o ser humano não leva nada para a existência futura, porque realmente coisa alguma possui: *“Nu saí do ventre de minha mãe e nu voltarei; o Senhor o deu e o Senhor o tomou; bendito seja o nome do Senhor”* (Jó 1.21). *“ Louco, esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado, para quem será? Assim é o que entesoura para si mesmo e não é rico para com Deus”* (Lc 12.20, 21).

Somos destituídos de tudo, na qualidade de criaturas dependentes do Criador e na condição de “escravos” e “mordomos” do Rei do universo. O pão diário, recebemo-lo de nosso Senhor(Mt 6.11), que sabe o de que necessitamos antes de lho pedirmos (Mt 6.8). Deus nos dá, cada dia, a bênção de viver, de crer, de confessar, de receber, de agradecer, de trabalhar e de nos alimentar. Todo servo, em virtude de sua condição de servidor, tem de produzir para que o mundo de Deus prospere e haja também prosperidade individual. Mas, por outro lado, o mordomo não pode reter o que não lhe pertence, no caso, o dízimo, a não ser que caia no temeroso abismo da infidelidade.

VI.2.d- **Providência.** Deus, Senhor e Dono de todas as coisas, cuida de tudo e especialmente do homem, sua imagem e semelhança, seu mordomo: *“...Eu vos advirto: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer, nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Porque a vida é mais do que o alimento, e o corpo, mais do que a veste. Observai os corvos, os quais não semeiam, nem ceifam, não têm despensa nem celeiros; todavia, Deus os sustenta. Quanto mais valeis vós do que as aves? Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao curso da sua vida? Se, portanto, nada podeis fazer quanto às coisas mínimas, por que andais ansiosos pelas outras? Observai os lírios; eles não fiam, nem tecem. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. Ora, se Deus veste assim a erva que hoje está no campo e amanhã é lançada no forno, quanto mais tratando-se de vós, homens de pequena fé! Não andeis, pois, a indagar o que haveis de comer ou beber e não vos entregueis a inquietações. Porque os gentios de todo mundo é que procuram estas coisas; mas vosso Pai sabe que necessitais delas. Buscai, antes de tudo, o seu reino, e estas coisas vos serão acrescentadas. Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino. Vendei os vossos bens e dai esmola; fazei para vós outros bolsas que não desgastem, tesouro inextinguível nos céus, onde não chega o ladrão, nem a traça consome; porque, onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração”* (Lc 12-22-34).

Todos os “crentes” que entendem que o provimento alimentício e estabilidade financeira presentes e futuros dependem do “patrimônio” imóvel e econômico adquirido e do dinheiro acumulado, crêem, não na providência divina, mas na de Mamon. Esses, que confiam nas riquezas, mas não querem perder o privilégio da salvação e das bênçãos celestes, permanecem na Igreja de Cristo, mas sonegam o dízimo, vivem de olho na “sorte grande” e são propensos à mentira comercial. Estão mais do lado do mundo do que de Cristo; servem-se a si mesmos e se servem de Deus, praticando papel próprio dos “gentios de todo mundo”, quer dizer, dos incrédulos materialistas (cf Lc 12. 30). O regateador do dízimo, tanto quanto seu sonegador, dão atestado de infidelidade a Cristo e manifestam, pragmaticamente, rejeição às ordenanças divinas. O real tesouro do salvo está no céu. Aos filhos verdadeiros o Pai socorre constantemente: *“...Aos seus amados ele o dá enquanto dormem”* (Sl 127.2b).

VI.3-Não se dá Dízimo; entrega-se.

Muitos dizimistas, talvez mal informados, dizem que “dão” o dízimo a Deus. Não, “entregam-no”. O dízimo é a quota devida ao Senhor de todos os bens gerenciados pelo mordomo. O servo não faz nenhum favor ao seu Senhor pelo dízimo, mas apenas cumpre a obrigação de mordomo, destinando ao Rei dos reis o que lhe pertence por injunção pactual. Na

verdade, é o Soberano proprietário de todas as coisas quem dá ao mordomo, seu servo, 90% de participação, ficando com apenas 10%. Deus é quem nos dispensa extrema generosidade; nós apenas cumprimos, como bons despenseiros, a nossa obrigação. Reiteremos: tudo é de Deus, e ele nos outorga 90%, reservando-lhe apenas o dízimo. Mas, à semelhança de Adão, o desrespeitador do patrimônio divino, muitos lançam mão dos 10%, que ao Criador pertencem (cf Sl 5.9-11).

VI.4- Conversão: Volta Para Deus e para o Próximo.

O não-convertido *“anda segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que atua nos filhos da desobediência, segundo as inclinações da carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos, e são, por natureza, filhos da ira”* (Ver. Ef 2.2,3). O convertido tem a vida redirecionadas para Deus e é por ele dirigida, conforme a vontade do Salvador e não os sentimentos carnis ou o “espírito do mundo”.. O servo de Deus ama-o, absoluta e incondicionalmente, e ama o próximo como a si mesmo (Mt 22.37-39). Um dos exemplos de real conversão foi a de Zaqueu (Lc 19.1-10). O encontro regenerador com Cristo transformou-o completamente. Ele, ao receber a bênção da salvação doada pelo Filho de Deus, sentiu-se na obrigação de reparar os possíveis prejuízos causados aos semelhantes e no dever de doar a metade de seus bens aos pobres (v. 8). O converso de fato pensa em Deus, de quem se torna servidor, e no próximo, a quem deve beneficiar.

O recurso que Deus usa para socorrer os pobres de seu povo e evangelizar o mundo é o seu próprio: o dízimo que, se não entregue, a instituição do Redentor- sua Igreja- não disporá de meios beneficentes e evangelísticos. O mal causado à obra de Deus e ao irmão carente pela retenção do dízimo é imenso, e a responsabilidade pelo desamor, certamente, imputar-se-á aos “servos infiéis”. Zaqueu, não se comprometeu a “entregar” apenas o dízimo; prometeu a Jesus Cristo ofertar a metade de seus bens aos necessitados. O dízimo, saibam todos, é expressão de fidelidade a Deus e, ao mesmo tempo, engajamento em sua obra social, ministerial e missionária. Não temos medo de afirmar que o antidizimista ainda não experimentou a verdadeira santificação, ainda não abandonou o deus da matéria, o que rege hoje o mundo: Mamon.

VI.5-Mordomia dos bens monetários.

Parábola dos talentos: *“Pois será como um homem que, ausentando-se do país, chamou os seus servos e lhes **confiou os seus bens**. A um deu cinco talentos, a outro, dois e a outro, um; a cada um segundo a sua própria capacidade; e, então, partiu. O que recebera cinco talentos saiu imediatamente a negociar com eles e ganhou outros cinco. Do mesmo modo,*

o que recebera dois ganhou outros dois. Mas o que recebera um, saindo, abriu uma cova e escondeu o dinheiro do seu senhor. Depois de muito tempo, voltou o senhor daqueles servos e ajustou contas com eles. Então, aproximando-se o que recebera cinco talentos, entregou outros cinco, dizendo: Eis aqui outros cinco talentos que ganhei. Disse-lhe o senhor: Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor. E, aproximando-se também o que recebera dois talentos, disse: Senhor, dois talentos me confiaste; aqui tens outros dois que ganhei. Disse-lhe o senhor: Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor. Chegando, por fim, o que recebera um talento, disse: Senhor, sabendo que és homem severo, que ceifas onde não semeaste e ajuntas onde não espalhaste, receoso, escondi na terra o teu talento; aqui tens o que é teu. Respondeu-lhe, porém, o senhor: Servo mau e negligente, sabias que ceifo onde não semei e ajunto onde não espalhei? Cumpria, portanto, que entregasses o meu dinheiro aos banqueiros, e eu, ao voltar, receberia com juros o que é meu. Tirai-lhe, pois, o talento e dai-o ao que tem dez. Porque a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado. E o servo inútil, lançai-o para fora, nas trevas. Ali haverá choro e ranger de dentes” (Mt 25.14-30).

Talento, barra de prata ou ouro, pesando 34,272 kg, avaliada, monetariamente, segundo o câmbio do dia. Um talento de prata, no tempo de Jesus, correspondia, aproximadamente, cotação média, a seis mil denários. Cada denário equivalia ao salário de um dia de trabalho. Portanto, um talento representava, para uma pessoa de pouca capacidade, mas capaz o suficiente para administrá-lo, uma fortuna, uma responsabilidade imensa.

Talento são bens monetários entregues aos mordomos (servos) do “milionário” da parábola, visando produção de riquezas por meio de aplicações. Os mordomos fiéis cumpriram seus deveres, dobrando o capital do “senhor”. O infiel, enterrou-o, e isto durante muito tempo (v.19), causando perdas ao “concedente proprietário” (Cf v.27). A infidelidade está, no caso, na inoperância improdutiva do mordomo inútil (v. 30) que, não cumprindo o dever mordômico, perdeu sua participação privilegiada na “empresa” de seu senhor.

O servo de Deus é mordomo de seu Senhor no “Éden” onde foi colocado. O “jardim” que o Criador “plantou” para ele tem de ser zelado, ampliado e produtivo. “O fim principal do mordomo é *servir* o seu Senhor, Rei do universo, proprietário de todas as coisas e Salvador dos eleitos em Cristo Jesus, “*porque dele e por meio dele e para ele são todas as coisas. A ele(Jesus), pois, a glória eternamente. Amém*”(Rm 11.36). O mordomo cristão, consciente de seu papel de “servidor” do reino e “súdito” do Rei, sabe que tudo que faz para produção de algum bem ou manutenção da “máquina produtiva” redundará em benefício à criação, à sociedade, ao

próximo e a si mesmo; e isto em qualquer área de suas atividades, potencialidades, virtudes e habilidades: material, social, psicológica, moral e espiritual. Há um adágio popular que diz: *“O homem pode morrer, depois ter um filho, escrever um livro e plantar uma árvore”*; isto é, reproduzir a espécie, melhorar a ordem natural e contribuir intelectualmente com a sociedade. E eu acrescentaria: *criar, inventar ou descobrir alguma coisa útil aos contemporâneos e aos pósteros.*

Quem trabalha para o Senhor, produz, desenvolve-se, multiplica os “talentos”, “devolve” ao Dono o que é seu: *“dá a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”* (Mt 22.21). Talento, por outro lado, pode ser entendido como cada um dos equipamentos humanos; todos, dotações divinas: inteligência, memória, raciocínio, sensibilidade plástica, sensibilidade musical, sensibilidade poética, dons de escrever em prosa, de falar, de esculpir, de pintar, de inventar, de descobrir, de administrar empresas e pessoas, de pregar, de testemunhar, de doutrinar, de confortar, de socorrer, de consolar, de reanimar, de beneficiar, de contribuir, de ajudar.

VI.6-Mordomos da Vinha de Deus.

“Depois, entrou Jesus a falar-lhes em parábola: Um homem plantou uma vinha, cercou-a de uma sebe, construiu um lagar, edificou uma torre, arrendou-a a uns lavradores e ausentou-se do país. No tempo de colheita, enviou um servo aos lavradores para que recebesse deles dos frutos da vinha; eles, porém, o agarraram, espancaram e o despacharam vazio. De novo, enviou-lhes outro servo, e eles o esbofetearam na cabeça e o insultaram. Ainda outro lhes mandou, e a este mataram. Muitos outros lhes enviou, os quais espancaram uns e mataram outros. Restava-lhe ainda um, seu filho amado; a este lhes enviou, por fim, dizendo: Respeitarão a meu filho. Mas os tais lavradores disseram entre si: Este é o herdeiro; ora, vamos, matemo-lo, e a herança será nossa. E, agarrando-o, mataram-no e o atiraram para fora da vinha. Que fará, pois, o dono da vinha? Virá, exterminará aqueles lavradores e passará a vinha a outros” (Mc 12.1-9).

A vinha é, sem dúvida, o povo de Deus, anteriormente representado por Israel, restrito, portanto, à raça judaica. Os judeus, porém, entendendo mal os planos divinos da salvação, tornaram-se monopolistas da revelação e exclusivistas da redenção. Julgavam-se “donos” da verdade revelada do Deus do pacto e os únicos e exclusivos “filhos do Pai celeste”. Todos os gentios estavam, por natureza, excluídos da graça e, portanto, impossibilitados de salvação. Eram, segundo pensavam, os “proprietários” da verdade redentora. Realmente, Israel foi o povo de Deus por uma vocação que, em princípio, eliminava os outros povos. O propósito de Deus, no entanto, era, por meio da “raça eleita”, levar a remissão a todos os habitantes da terra, o que aconteceria com o advento do Messias. A partir de Jesus Cristo, a “nação santa” passou a ser a Igreja, corpo dos eleitos, cuja Cabeça, o Filho de Deus.

Cristo é o Senhor da Igreja, e todos os seus membros são servos, isto é, mordomos. Ninguém tem o direito de “excluir” o senhorio de Cristo, assumindo o seu lugar. O que temos observado é que há “igrejas”, hoje, que trocaram a designação natural e lógica de “Igreja de Cristo” para “igreja de fulano de tal”. O “usurpador”, depois de eliminar o senhorio do legítimo líder espiritual, o Filho de Deus, torna-se mordomo de si mesmo: angaria “ovelhas” para o seu próprio redil e delas recolhem dízimos, ofertas e contribuições, depositando em sua conta pessoal ou na conta de “sua empresa” disfarçada de Igreja. São formas de “espancamentos” e “assassinatos” do verdadeiro Senhor da vinha, o Filho de Deus. Os ministros e membros da Igreja de Cristo não são “proprietários” dela, são mordomos. A própria Igreja, como unidade serviçal, é despenseira de Cristo: é dele, a ele se destina, a ele serve incondicionalmente. Os dízimos e ofertas dos líderes, bem como os de cada um de seus membros, são propriedades exclusivas do Senhor da vinha.

Como na parábola anterior, aqui também os infiéis são punidos com a exclusão da herança (v. 9 cf Mt 25.26-30).

VI.7- Mordomia diacônica

“Quem é, pois, o servo fiel e prudente, a quem o senhor confiou os seus conservos para dar-lhes o sustento a seu tempo? Bem-aventurado aquele servo a quem o senhor, quando vier, achar fazendo assim. Em verdade vos digo que lhe confiará todos os seus bens. Mas, se aquele servo, sendo mau, disser consigo mesmo: Meu senhor demora-se, e passar a espancar os seus companheiros e a comer e beber com ébrios, virá o senhor daquele servo em dia em que não o espera e em hora que não sabe e castigá-lo-á, lançando-lhe a sorte com os hipócritas; ali haverá choro e ranger de dentes” (Mt 24.45-51).

Por esta parábola Jesus responsabiliza os mordomos ministeriais, os que têm o poder e o dever de alimentar os seus conservos, administrando-lhes a Palavra de Deus e os sacramentos; estimulando-os ao testemunho, às atividades culturais, sociais e espirituais; habilitando-os à operosidade produtiva em todas as áreas do reino de Cristo; lembrando-lhes sempre que os servos de Cristo servem-no nos limites do corpo eclesial e fora dele. O Messias é Senhor de seus servos onde quer que estejam, nos setores mais diversos, realizando com dignidade o que determinam as ordenanças de Deus, o que lhe agrada e lhe glorifica o nome. A Igreja é uma comunidade de servos mordomos. A mordomia ministerial é, em sentido teológico, a mão pela qual Deus dirige o seu povo. A infidelidade dos ministros docentes e regentes desorienta, desorganiza e fragiliza o corpo eclesial. Para que a Igreja seja mordômica, mordômico tem de ser o seu ministério ordenado. Seria farisaísmo dos mais indignos os pastores “exigirem” dedicação diacônica dos membros, especialmente o da consagração incondicional, incluindo a

dizimação integral, não sendo eles mesmos servos fiéis e dizimistas honestos. Mais uma vez, Jesus afirma que os infiéis serão excluídos do corpo comunitário do Senhor (Mt 24.51).

VI.8- Deus é Senhor e Salvador de seu povo

“Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão” (Ex 20.2).

Israel libertou-se de Faraó, rei déspota e cruel, a quem servia como escravo, para tornar-se servo de Deus, não por coação, mas por amor e por dever de súdito de um Rei compassivo, generoso e perdoador. A escravidão egípcia converteu-se em mordomia livre, gratificante e unificadora, expressa em todas as atividades teocráticas da raça eleita, incluindo as litúrgicas. A unidade do povo liberto se fazia pelos vínculos estreitíssimos com o Libertador: Deus e Israel unificaram-se por meio da libertação e por intermédio do pacto sinaítico. A unidade salvadora e mordômica consuma-se, aperfeiçoa-se, sublima-se nas biunidades: Pai-Filho e Filho-servo, estabelecendo a interação comparativa: Pai, Agricultor; Filho, Videira; servo, ramo, a quem se delega o papel da frutificação. As partes e os ministérios distintos de tal conjunto operacional são inseparáveis e intransferíveis. Vejam como Jesus os expõe num quadro harmônico:

“Eu sou a Videira Verdadeira, e meu Pai é o agricultor. Todo ramo que, estando em mim, não der fruto, ele o corta; e todo o que dá fruto limpa, para que produza mais fruto ainda” (Jo 15.1,2). “Eu sou a Videira, vós, os ramos. Quem permanece em mim, e eu, nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer” (Jo 15.5).

O princípio da mordomia explicita-se na imagem da videira, tipo da Igreja. O dono da vide, com uma única videira, é o Pai. A Videira verdadeira é o Filho. Os regenerados eleitos são os ramos produtivos. Os irregenerados, quando se intrometem na vide, são os sarmentos improdutos, que o Pai corta e queima. Aqui, prevalece a mesma sentença das parábolas citadas anteriormente: exclusão dos mordomos infiéis. A missão do ramo é produzir fruto por intermédio do tronco (Jesus Cristo) para o Senhor da vide, o Pai. A improdutividade equivale à infidelidade; e o infiel não permanece na comunhão dos fiéis. Todos os salvos são servos; todos os servos existem para servir; o que não serve ao Senhor, não serve para o Senhor. O ramo é produtivo porque está em Cristo, o seu tronco sustentador e alimentador. A mordomia decorre da vinculação a Deus por meio de seu Filho. Portanto, todo crente verdadeiro é, por situação e condição óbvias, um mordomo de Deus: vive para servir a Cristo, aos seus irmãos e à sociedade, exatamente nesta ordem de prioridades. Todas as figuras da Igreja demonstram isso: a do organismo (I Co 12.12-27), em que cada órgão, com sua função específica, serve à cabeça e ao corpo, e não pode deixar de fazê-lo. A do edifício (I Pe

2.4-10), em que cada pedra ocupa um posto mordômico fixo e intransferível no conjunto da edificação.

Ser membro da Igreja é, decorrentemente, ser mordomo e, por via de consequência, e obrigatoriamente, dizimista, mais por circunstância da graça que por imperativo mandamental.

VII- Primícias e Dízimos

O membro do povo de Deus no Velho Testamento, por ordenação divina, recolhia sistematicamente o dízimo, um dos sinais do pacto, pelo qual se confirmava, no ato de cada entrega, a vigência bilateral da aliança: fidelidade de Deus para com o servo, sustentando parceria de noventa por cento; e fidelidade do servo, entregando ao Senhor a sua parte, dez por cento. Esta era a mordomia, segundo as normas do pacto, dos bens materiais. Havia a mordomia do tempo, e ainda há, em que, cada seis dias de trabalho, dedicar-se-ia um(1) ao Criador e Salvador, chamado de “*dia de descanso ou Sábado.*”

Além do dízimo, os filhos de Deus entregavam-lhe as primícias: primeiros frutos das produções agrícolas, e os primogênitos, “*os que rompiam a madre*”, da reprodução do rebanho. Comprovemos com alguns textos:

VII.1- Primícias.

“*Guardarás a Festa da Segra, dos primeiros frutos do teu trabalho, que houveres semeado no campo, e a Festa da Colheita, à saída do ano, quando recolheres do campo o fruto do teu trabalho*” (Ex 23.16 cf Ex 34.22-25)).

“*As primícias dos frutos da tua terra trarás à Casa do Senhor, teu Deus*” (Ex 24.19^a cf Ex 34. 26a).

“*Disse mais o Senhor a Moisés: Fala aos filhos de Israel e dize-lhes: Quando entrares na terra, que vos dou, e segardes a sua messe, então, trareis um molho das primícias da vossa messe ao sacerdote; este moverá o molho perante o Senhor, para que sejais aceitos; no dia imediato ao Sábado, o sacerdote o moverá. No dia em que moverdes o molho, oferecereis um cordeiro sem defeito, de um ano, em holocausto ao Senhor. A sua oferta de manjares serão duas dízimas de um efa de flor de farinha, amassada com azeite, para oferta queimada de aroma agradável ao Senhor, e a sua libação será de vinho, a quarta parte de um him. Não comereis pão, nem trigo torrado, nem espigas verdes, até o dia em trouxerdes a oferta ao vosso Deus; estatuto perpétuo por vossas gerações, em todas as vossas moradas*” (Lv 23.9-14 cf Nm 28.26).

Três observações importantes:

VII.1.a- Nada se colheria ou se retiraria da messe para o consumo próprio dos lavradores ou dos pecuaristas antes da entrega das primícias e da dedicação dos primogênitos. Isto porque o Senhor da terra e da colheita tinha prioridade sobre os seus frutos e sobre a multiplicação do rebanho. Primeiro, o Salvador; depois, os seus servos mordomos. Se colocarmos Deus em primeiro lugar, não somente verbal e piedosamente, mas concretamente, ele nos abençoará e nos privilegiará nos domínios de seu reino como *“bons despenseiros da multiforme graça de Deus”* (I Pe 4.10).

VII.1.b- A entrega das primícias não dependia da “generosidade” dos fiéis; era uma ordenança imperativa do Senhor da terra prometida e doada. Na condição de servos mordomos, não se “ofertava” a Deus o que se “desejava”, o que o “coração propusesse; entregava-se-lhe o que por ele era requerido, tanto em forma de dízimo como de primícias. Eis porque é considerado ladrão quem não o fazia (Ml 3.8).

VII.1.c- Há uma tipologia cristológica interessante no ritual do ofertório das primícias, quando o lavrador do solo, que de fato pertencia a Deus, colhia os primeiros frutos e por eles prestava culto ao Senhor de todas as coisas pelas mãos do sacerdote. O texto em si esclarece o “modus operandi” do cerimonial messiânico: *“O sacerdote moverá o molho perante o Senhor, para que sejais aceitos; no dia imediato ao Sábado, o sacerdote o moverá. No dia em que moverdes o molho, oferecereis um cordeiro sem defeito, de um ano, em holocausto ao Senhor. A sua oferta de manjares serão duas dízimas com azeite, para oferta queimada de aroma agradável ao Senhor, e a sua libação será de vinho, a quarta parte de um him”* (Lv 23.11-13). Os seguintes dados são cristologicamente significativos:

VII.1.c.1- O ritual realizava-se no dia imediato ao Sábado, isto é, no primeiro dia da semana, Domingo, dia semanal, que veio a ser o da ressurreição do Filho de Deus, o Messias prometido.

VII.1.c.2- No dia seguinte ao sábado, primeiro da semana, domingo, oferecia-se um cordeiro imaculado em holocausto ao Senhor. Foi exatamente nesse dia que o *“Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”* ressurgiu de entre os mortos, oferecendo-se ao Pai como o *“Christus Victor”*, vitorioso sobre a morte e todas as potestades do mal, apresentando-se à humanidade como as *“primícias dos que dormem”* (I Co 15.20), ressurreto de entre os mortos, garantia da ressurreição de todos os que *“morrem no Senhor”*.

VII.1.c.3- A oferta queimada constituía-se de um efa (17,62 litros) de flor de farinha de trigo amassada com um him (3,47 litros) de azeite. A libação seria feita com a quarta parte de um him (0,867 litros). Libação: derramamento de vinho sobre as vítimas oferecidas. Era o símbolo da alegria e do prazer pela dádiva divina dos primeiros frutos e dos primogênitos do

rebanho (Consultar Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento, Ed. Vida Nova, 1998, pág.971, § 1375c). Lembremo-nos que a Ceia do Senhor foi celebrada com pão comum, geralmente de farinha de trigo amassada com azeite e vinho sob a declaração do divino Senhor: *“Derramado em favor de muitos, para remissão de pecados”* (Mt 26.28b). No ritual eucarístico, portanto, o culto primicial fica memorizado nos elementos: pão (o Cordeiro imaculado, imolado por nós) e vinho (sangue derramado), lembrando a libação ritual da celebração das primícias.

O certo é que os nossos dízimos e ofertas são exigências de Deus e integram o culto real que lhe prestamos.

VII.2- Dízimos.

VII.2.1- O dízimo, não como ordenança de Deus, mas como prática espontânea, procedente de consciências gratas ao Salvador, antecedeu às normas pactuais do Sinai. Abraão deu o dízimo de seus despojos de guerra a Melquisedeque, depois de ter-lhe recebido a bênção sacerdotal (Gn 14.20 cf Hb cap. 7). Jacó prometeu dizimar a Deus, estimulado pelo sonho da escada (Gn 28.22). O princípio proveniente da gratidão e expresso na consagração dos crentes ancestrais a Javé foi definitivamente estabelecido, como estatuto perpétuo, nos termos do pacto sinaítico, firmado com o povo eleito por intermédio de Moisés. E, como não foi negado nem ab-rogado no Novo Testamento, permanece vigente na doutrina e na prática da Igreja de Cristo, sem qualquer solução de continuidade. Mudou-se, é verdade, de uma economia agropecuária, para uma industrial-comercial, mas o princípio do dízimo continua respeitado e praticado em obediência ao Deus que o instituiu no Velho Testamento.

VII.2.2- Dízimo, como sinal concreto e material do pacto de sociedade do homem com Deus, além de constar nas ordenanças pactuais da Lei de Deus, é uma obrigação do servo de Cristo, aquele que realmente cumpre o seu dever de fiel mordomo do Pai, Senhor de sua vida e de seus bens de produção e consumo. O crente, na verdade, tem de oferecer a Deus a si mesmo, praticando a mordomia do ser integral: *“Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional”* (Rm 12.1). O servo de Deus não é um ser independente, autônomo, senhor de si mesmo e dominador de seu meio ambiente: pertence a Deus, o seu Criador e Salvador, e por sua causa existe e se mantém: *“pois nele vivemos, e nos movemos, e existimos”* (At 17.28). O dízimo, portanto, é um meio visível de:

a- **Participação** como herdeiro, filho e servo, na herança do Pai Criador e Redentor

b- **Reconhecimento** de servitude compulsiva ao Senhor absoluto de sua vida, de seus bens e

de seus equipamentos vocacionais, culturais, sociais, emocionais, psicológicos e espirituais.

c- **Atestado** de submissão e obediência às determinações divinas nas Escrituras Sagradas: dízimo é um mandamento do Senhor.

d- **Demonstração** de fidelidade em um dos mais importantes signos do pacto relacional do súdito ao supremo Criador e Rei de todos. Assim como devemos imposto aos governos terrenos, devemos o dízimo ao Rei do universo, nosso Criador e Salvador.

e- **Evidência** de fé e confiança em Deus, sabendo que nele existimos e dele recebemos todas as coisas. Portanto, confiamos nele, não em nós mesmos, na nossa capacidade de “produzir riquezas” ou no deus mamom. O dízimo é a mais contundente prova de fé em Deus. Somente o verdadeiro crente é capaz de ser dizimista.

VII.3- Dízimo no Velho Testamento

Alguns teólogos defendem três modalidades de dízimos no Velho Testamento:

VII.3.1- O dízimo que se destinava ao sustento dos levitas e a eles entregue (Dt 14.27 cf Nm 18). As demais tribos, que receberam herança, tinham a obrigação de sustentar a que não recebeu por meio das dízimas da agricultura e do rebanho.

VII.3.2- O dízimo para realização do “Banquete Sagrado” (Dt 14.22-26). Esse suposto banquete seria realizado anualmente, e teria a finalidade agápica de “comemoração de bênçãos” e de confraternização dos adoradores de Javé.

VII.3.3- O dízimo beneficente, dado a cada três anos (Dt 14.28-29), destinado à alimentação dos pobres da região dizimada. Esse dízimo, portanto, ficava na área do recolhimento, delimitada pelo sacerdote, e serviria de “depósito beneficente” para os declaradamente pobres. Os levitas distribuidores deveriam ter em mente que somente três anos depois o “tesouro das dízimas” seria renovado.

Outros intérpretes dizem que tudo isso se fazia com um dízimo único. Há quem, sem discriminar a destinação, defenda a existência de três dízimos: um básico (Lv 27 e Nm 18) e dois secundários (Dt 12; 14; 26) para obras caritativas, a justiça social, especialmente aos levitas, e, no aspecto religioso, o fortalecimento da fé. Esse dízimo é que seria o citado por Jesus Cristo em Mateus 23.23 (Cf Dic. Internacional de Teol. do Ant. Test., Vida Nova, 1998, SP, pág. 1283, § 1711h).

VII.4- Deus instituiu o Dízimo.

O Velho Testamento não nos deixa em dúvida sobre a instituição divina do dízimo. Os textos são abundantes. Tomemos alguns exemplos, o suficiente para comprovar o que afirmamos:

“Também todas as dízimas da terra, tanto dos cereais do campo como dos frutos das árvores, são do Senhor” (Lv 27.30).

“No tocante às dízimas do gado e do rebanho, de tudo o que passar debaixo do bordão do pastor, o dízimo será santo ao Senhor. Não se investigará se é bom ou mau, nem o trocará; mas se dalgum modo o trocar, um e outro serão santos; não serão resgatados. São estes os mandamentos que o Senhor ordenou a Moisés, para os filhos de Israel, no Monte Sinai” (Lv 27. 32-34).

“Certamente, darás os dízimos de todo o fruto das tuas sementes, que ano após ano se recolher do campo” (Dt 14.22).

Do estabelecimento estrito e inconfundível da lei do dízimo, de sua abrangência e obrigatoriedade, podemos deduzir:

VII.4.a- *Não se confundia, na dispensação mosaica, primícias(Ex 22.28-30) com dízimos (Lv 27.30-34). Depois de retirarem-se as primícias para Deus, calculava-se o dízimo ao Senhor do que pertencia ao dizimista. Há pessoas (poucas, graças a Deus) que, quando dão “oferta de gratidão” ou “contribuição especial” para construção ou aquisição de algum bem móvel ou imóvel, “diminuem” seu dízimo, isto é, subtraem dele o ofertado ou contribuído. Tal prática é desleal para com Deus e resulta de procedimento mentiroso.*

VII.4.b- *Dava-se o dízimo do gado por seleção aleatória, espontânea, imprevisível: O pastor, à saída do rebanho, egressando do aprisco, com seu bordão, contava de um a dez. O décimo animal era separado para Deus. E assim, sucessivamente, até o último. Se restasse fração, calculava-se a sua décima parte e a destinava ao Senhor (ver Lv 27.32). Acreditava-se que tal processo evitava a interferente ganância do homem, tendência de dar o pior para Deus, e, por outro lado, pensava-se, dava-se a Deus a liberdade de escolher o seu dízimo. Acontecia que, por “divina coincidência” ou providência, a mais bela ovelha “caía” no número “dez”: era o Senhor do rebanho escolhendo para si o melhor.*

VII.4.c- *Quando o décimo animal tivesse algum defeito físico, não seria sacrificado ao Senhor, mas também não podia ser resgatado nem trocado, isto é, comprado ou permutado por outro: pertencia ao Senhor, pois assim o Senhor o “escolheu” para si (Cf Dt 15.21-23). O sangue do animal defeituoso, mas dizimado ao Senhor, seria derramado sobre a terra, em sacrifício de libação (v. 23). O Deus da misericórdia não rejeita o “defeituoso”.*

VII.5- A Destinação do Dízimo.

Aos Levitas, o Dízimo.

A tribo de Levi, por ser consagrada exclusivamente a Deus, não recebeu patrimônio produtivo, o que equivale dizer: os bens sacerdotais são de natureza espiritual. O sacerdote, um “santo de Deus” (separado do mundo profano para pertencer ao sagrado), não podia ter o “coração” nos “rendimentos” econômicos, pois onde está o tesouro do homem, aí está também o seu coração (ver Lc 12.34). A teoria dos três dízimos, no textos seguintes, não se comprova. Leiamos-os com atenção, pois é fundamental para a correta compreensão do dízimo no Velho Testamento e seu principal destino:

“Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança, pelo serviço que prestam, serviço da tenda da congregação (cf Lv 27.30-33; Dt 14.22-29). “E nunca mais os filhos de Israel chegarão à tenda da congregação, para que não levem sobre si o pecado e morram. Mas os levitas farão o serviço da tenda da congregação e responderão por suas faltas; estatuto perpétuo é este para todas as vossas gerações. E não terão eles nenhuma herança no meio dos filhos de Israel. Porque os dízimos dos filhos de Israel, que apresentam ao Senhor em oferta, dei-os por herança aos levitas; porquanto eu lhes disse: No meio dos filhos de Israel, nenhuma herança tereis. Disse o Senhor a Moisés: Também falarás aos levitas e lhes dirás: Quando receberdes os dízimos da parte dos filhos de Israel, que vos dei por vossa herança, deles apresentareis uma oferta ao Senhor: o dízimo dos dízimos. Atribuir-se-vos-á como se fosse cereal da eira e plenitude do lagar. Assim também apresentareis ao Senhor uma oferta de todos os vossos dízimos que receberdes dos filhos de Israel e deles dareis a oferta do Senhor a Arão, o sacerdote. De todas as vossas dádivas apresentareis toda oferta do Senhor: do melhor delas, a parte que lhe é sagrada. Portanto, dirás: Quando oferecerdes o melhor que há nos dízimos, o restante destes, como se fosse produto da eira e produto do lagar, se contará aos levitas. Comê-lo-eis em todo lugar, vós e a vossa casa, porque é vossa recompensa pelo vosso serviço na tenda da congregação. Pelo que não levareis sobre vós o pecado, quando

deles oferecerdes o melhor; e não profanareis as coisas sagradas dos filhos de Israel, para que não morrais” (Nm 18.21-32).

Deste texto minucioso e imperativo retiramos as seguintes lições, que servem, com as devidas adequações, para a Igreja de nossos dias:

VII.5.a- *O dízimo é obrigação dos filhos de Deus, não opção ou gesto de generosidade para com Deus. Este não precisa nem de nossa gratidão nem de nossa caridade, mas do cumprimento de nossos deveres de servos e mordomos, de irrestrita obediência às ordenanças da Palavra de Deus.*

VII.5.b- *Deus tem no mundo sua Igreja e, a serviço dela, seus ministros de tempo integral e dedicação exclusiva, servos inteiramente dedicados às tarefas ministeriais e ao gerenciamento do povo de Deus. Os “trabalhadores” eclesiais ordenados, à semelhança dos levitas, não podem ter outros compromissos, além dos ministeriais; suas preocupações centralizam-se nos restritos e estritos deveres do pastoreio do rebanho; seu coração, mente, amor e dedicação não podem ser bipolarizados e, conseqüentemente, divididos entre o sagrado e o profano, o religioso e o secular. O servo exclusivo, serve exclusivamente.*

VII.5.c- *As ovelhas, se bem alimentadas e protegidas, ficam em condições de, adequada e justamente, cumprir o dever de alimentar seus pastores, conforme determina o Senhor da Igreja: “Quem jamais vai à guerra à sua própria custa? Quem planta uma vinha e não come do seu fruto? Ou quem apascenta um rebanho e não se alimenta do leite do rebanho?” (I Co 9.7) “Não sabeis vós que os que prestam serviços sagrados do próprio templo se alimentam? E quem serve ao altar do altar tira o seu sustento? Assim ordenou também o Senhor aos que pregam o Evangelho que vivam do Evangelho (I Co 9.13,14 cf Mt 10.10; Lc 10.7). “Devem ser considerados mercedores de dobrados honorários os presbíteros (ministros) que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino. Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o trigo. E ainda: O trabalhador é digno do seu salário” (I Tm 5.17,18).*

A tribo sacerdotal era separada, “santificada”, retirada do mundo, de seus compromissos materiais e de sua servitude para pertencer privativamente a Deus, sendo colocada a seu serviço para servir o seu povo na área sacerdotal. Os leigos israelitas serviam ao Salvador na sociedade secular; o sacerdote servia-o no corpo ministerial. Eis porque são designados de “santos”, “homens de Deus”, “sacerdotes de Javé”.

O princípio da seleção e da separação (santificação) para Deus permanece na dispensação da graça para os ministros de Cristo: apóstolos e pastores. Estes são “tomados” de suas profissões seculares, “desprofissionalizados” e “feitos” “pastores do Rei”, completamente desligados do mundo e de seu “profissionalismo” econômico: “Não vos provereis de ouro, nem de prata, nem de cobre nos vossos cintos; nem alforje para o caminho, nem de duas túnicas, nem de sandálias, nem de bordão; porque digno é o trabalhador do seu alimento” (Mt 10.5-10 cf I Co 9.14; I Tm 5.18).

Na verdade, o “ungido” do Senhor, ministro ordenado e consagrado ao ministério pastoral, torna-se um “servo” sem mordomia material. Os pastores que têm atividades seculares, os “biprofissionalizados”, fogem aos padrões determinados pelo Pai no Velho Testamento e pelo Filho no Novo Testamento. Portanto, não são “consagrados”, isto é, “santificados” para Deus. Deus não mistura, no que diz respeito ao ministério ordenado, o material com o espiritual. O pastor não pode servir, ministerialmente, a dois senhores; a Deus e a Mamom.

VII.5.d- *O ministério levítico, por ordenação divina, entregava o “dízimo dos dízimos”. Por analogia, os ministros o entregam ao Presbitério, quando evangelistas, e à sua Igreja, quando eleitos. Tem-se aplicado a mesma analogia para o envio do dízimo ao Supremo Concílio e até para a “contribuição” presbiterial. A Igreja toda e cada um de seus membros, por natureza, por vocação e ordenação de Deus, exercem o ministério da mordomia diacônica e litúrgica. Os membros servem a Deus, servindo a Igreja com seus carismas, ofertas, contribuições e dízimos. A Igreja, por sua vez, amplia o serviço mordômico, material e espiritual aos necessitados da grei e aos concílios superiores.*

VII.5.e- *Deus requer dos mordomos levitas dedicação ministerial, consagração absoluta e zelo no trato das coisas pertencentes ao Senhor da Igreja. Tudo que foi retirado do uso comum e posto a serviço do povo de Deus passa à “propriedade de Deus” e deve ser tratado com o máximo cuidado possível. A vida pessoal do ministro tem de ser irrepreensível em todos os sentidos porque, além de mordomo do Rei, precisa ser exemplo de firmeza doutrinária e modelo ético para os irmãos. Todo eleito regenerado é um mordomo integral:*

“Porque nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si. Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor” (Rm 14.7,8).

VII.6- Dízimo em Malaquias.

“Porque eu, o Senhor não mudo; por isso, vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos. Desde os dias de vossos pais, vos desviastes dos meus estatutos e não os guardastes; tornei-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros, diz o Senhor dos exércitos; mas vós dizeis: Em que havemos de tornar? Roubará o homem a Deus? Todavia, vós me roubais e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas. Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais, vós, a nação toda. Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa; provai-me nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós bênção sem medida” (Ml 3.6-10).

Deste texto, explicitamente claro, retiramos as seguintes postulados:

VII.6.a- O Dízimo é permanente.

Deus não muda: “Porque eu, o Senhor, não mudo”. Um Deus imutável tem também suas determinações e ordenanças imutáveis em suas essências; e estes princípios ficam, no contexto, estabelecidos a respeito do dízimo. Cristo, no Sermão do Monte, mudou o que precisava ser mudado nos mandamentos, aprofundou algumas normas e manteve aqueles preceitos que são inalteráveis. Uma ordem que não sofreu qualquer alteração foi a da mordomia do dízimo: ficou intacta no Novo Testamento, continuando como mandamento irrevogável para a Igreja de Cristo tanto quando foi para Israel.

VII.6.b- Não entregar o dízimo significa afastar-se dos estatutos de Deus.

Deus reclama que os “filhos de Jacó” afastaram-se de seus estatutos e apela: *“Tornei-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros”* (v.7). O povo, porém, indaga: *“Em que havemos de tornar?”* (v. 7). Os indagadores de Deus querem dizer: Queremos saber em que nos desviamos. E a resposta do Senhor é: na sonegação do dízimo; vocês estão me roubando, o que é inadmissível. Pode um homem roubar a Deus? No entanto, o meu povo me rouba e ainda pergunta: *“Em que te roubamos?”* A reação divina é direta, imediata e contundente: *“Nos dízimos e nas ofertas”* (v.8). Ofertas aqui são aquelas “prometidas” e aquelas “obrigatórias” como, por exemplo as das primícias. O que se conclui, e não há como fazer diferentemente: **Quem não entrega o dízimo rouba de Deus e, conseqüentemente, afasta-se de seus estatutos e do próprio Legislador.** O crente, pois, que pensa estar em comunhão com Deus, mas não entrega o seu dízimo, engana-se, pois entre ele e o seu Criador e Salvador o elo pactual está rompido. **O ladrão não comunga com a pessoa roubada.**

VII.6.c- *Trazei todos dízimos à casa tesouro”* (v. 10). Dízimo é um mandamento e, como tal, uma obrigação. Sendo uma ordenança imperativa, não pode ficar à mercê da “liberalidade” ou da “generosidade” do crente. Não

se trata de “um favor a Deus”, mas de um dever impostergável. Deus não tem servos não-dizimistas; ou é servo dizimista, ou não é nada; pior: um ladrão de seu Senhor.

VII.6.d- A fidelidade a Deus não se demonstra com palavras, mas com atos concretos objetivos, com renúncia de si mesmo e com a parcela dos rendimentos pessoais. Sendo efetivamente fiéis, nossa aliança com o Salvador mantém-se, e a promessa decorrente se cumpre: permanência na “Terra da Promissão” (bênçãos terrestres) e dádivas espirituais conseqüentes(bênçãos celestes): “...*Se eu não vos abrir as janelas do céu e derramar sobre vós bênção sem medida*”(v. 10). Um dos mais fortes e mais comprovadores demonstrativos do cumprimento do pacto é a entrega fiel do dízimo. O crente que afirma ser pactuado com Deus, mas o cultua de “mãos vazias”, sua afirmação se reveste de tremenda insinceridade, sua adoração é vã, sua postura externa de crente não passa de “capa de piedade”, encobrindo um falso servidor do Rei, um hipócrita adorador.

VIII- Dízimo no Novo Testamento.

VIII.1- Jesus reafirma o Dízimo: “*Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas sem omitir aquelas (Mt 23.23).*”

VIII.1.a- O conjunto recomendado: dízimo, justiça, misericórdia e fé. Jesus diz que o dízimo tem de ser entregue, por ser um preceito da lei (Lv 27.30-33 cf Dt 14.22-29), mas por um crente real, praticante da justiça, da misericórdia e da fidelidade. O dízimo, em si mesmo, sem as virtudes cristãs do amor e da fé, não expressa “culto” verdadeiro ao Redentor, mas apenas uma tentativa de “mercadejar” a graça e “agradar”, com bens materiais, o Pai eterno. O dízimo é a manifestação visível, externa e materialmente concreta do pacto, e somente tem significado, quando fundamentado na realidade da aliança implantada pelo Espírito na mente, no coração e na vida do dizimista. A base interna e geradora da servitude: regeneração. Evidências objetivas, manifestas: justiça, misericórdia, fé e dízimo.

VIII.1.b- Um exemplo de “dizimista” matematicamente fiel, o publicano (Lc 18.12), mas realmente injusto: “*Dou o dízimo de tudo quanto ganho*” (Lc 18.12). Isto ele o fazia, mais como exibição pública de “fidelidade” do que como manifestação de amor sincero a Deus. Os escribas e fariseus possuíam um formalismo religioso e uma piedade aparente que “impressionavam” o povo, mas por dentro estavam espiritualmente corrompidos: “*Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que, por fora, se mostram belos, mas interiormente estão cheios de ossos de mortos e de toda imundícia! Assim também vós, exteriormente pareceis justos aos homens, mas, por dentro,*

estais cheios de hipocrisia e de iniquidade” (Mt 23.27,28). O verdadeiro dizimista é o crente fiel, sincero e justo no crer e no proceder. Cristo disse, explicitamente, que “devem” dar o dízimo todos os cristãos verdadeiros, os que seguem a justiça, a misericórdia e a fidelidade.

VIII.1.c- Rigoroso no mínimo, infiel no máximo. Jesus recrimina o fariseu pela rigorosidade em coisas insignificantes, mais por demonstração e exibição de falsa fidelidade do que por real intento de cumprir a lei, e por consagração veraz. Dar o dízimo de “temperos” como a hortelã, o endro e o cominho, sem fazer o maior, que é “entregar-se a si mesmo em consagração a Deus e dedicar-se ao próximo com desvelo, amor e carinho, conforme o princípio estabelecido em Romanos 12.1,2. Há muitos “dizimistas”, mormente entre os “empresários”, que “economizam” a “retirada mensal” para “aumentar” os investimentos na empresa de que são donos ou sócios majoritários. Soube de um empresário cuja empresa, em cinco anos, triplicou o capital, mas o seu dízimo continuou o mesmo, isto é, a sua “hortelã”, de valor relativamente insignificante, permaneceu inalterada. Certamente, no entanto, ele podia bater no peito diante da Igreja, dizendo: “sou dizimista do que ganho”. Na verdade, esse crente tem dupla face: uma física, a dizimista, que “ganha pouco”; outra jurídica, a não dizimista, que ganha muito. O cofre dos rendimentos finais, porém, é o mesmo. Tais infiéis “praticam” o dízimo no ínfimo e o sonegam no máximo, menosprezando a justiça, a misericórdia e a fé. O cristão de fato jamais se assemelhará ao fariseu formal, de religiosidade aparente, de exibição pública de honestidade como forma de levantar fumaça para que não se percebam a sua irreligiosidade interna e sua infidelidade prática no dia-a-dia de suas atividades.

VIII.2- A Deus o que é de Deus.

“Disse-lhes, então, Jesus: Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mc 12.17). O que é de César, representado no denário com sua imagem e inscrição, sabemos. O tributo, cujo oposto, o que se deve a Deus, escrituristicamente estabelecido, é o dízimo. Todo cristão tem dupla cidadania: A terrena e a celeste, sendo duplamente responsável como cidadão de ambos os reinos: o da terra e o do céu. Ao governo secular ele paga, querendo ou não, os tributos devidos. Ao Rei dos reis, como súdito de sua realeza, o cristão deve o dízimo, não exatamente como imposto, mas como parte de “associado de Deus” em todos os seus bens, celestes e terrestres. O servo de Deus não pode esquecer-se de que vive em situação de “aliança” com seu Senhor e, como tal, partícipe de todos os benefícios decorrentes do pacto. Além do dever da servitude, ele tem o de entregar o dízimo: “a Deus o que é de Deus.”

VIII.3- Melquizedeque, tipo de Cristo.

“...Onde Jesus, como precursor, entrou por nós, tendo-se tornado sumo sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquizedeque” (Hb 6.20 cf Gn 14.18-20). “Porque este Melquizedeque, Rei de Salém, sacerdote do Deus Altíssimo, que saiu ao encontro de Abraão, quando voltava da matança dos reis, e o abençoou, para o qual também Abraão separou o dízimo de tudo (primeiramente se interpreta rei de justiça, depois também rei de Salá, ou seja, rei da paz; sem pai, sem mãe, sem genealogia; que não teve princípio de dias, nem fim de existência, entretanto, feito semelhante ao Filho de Deus, permanece sacerdote perpetuamente. Considerai, pois, como era grande esse a quem Abraão, o patriarca, pagou o dízimo tirado dos melhores despojos” (Hb 7.1-4 cf 7.6). “E isto é muito mais evidente, quando, à semelhança de Melquizedeque, se levanta outro sacerdote, constituído não conforme a lei de mandamento carnal, mas segundo o poder de vida indissolúvel. Porquanto se testifica: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquizedeque” (Hb 7.15-17).

Da relação direta, segundo Hebreus, do sumo sacerdote Mequizedeque com o Sumo sacerdote Jesus Cristo, nexos perfeito entre o tipo e a pessoa tipificada, concluímos:

VIII.3.a- O verdadeiro sacerdócio primordial, no qual se originou o dízimo sem mandamento, pré-mosaico, não foi o levítico (ver 7.5,6), histórica e legalmente identificável, mas o da ordem de Melquizedeque, o sumo sacerdote, que recebeu o dízimo do ancestral do pacto da graça, vindo a ser cognominado de “o pai da fé”: *“Aliás, aqui são homens mortais os que recebem dízimos, porém ali, aquele de quem se testifica que vive” (Hb 7.8).*

VIII.3.b- A ordem levítica cessou com o advento de Cristo, especialmente com sua morte vicária e ressurreição, quando, então, penetrou o “Santo dos Santos” celeste, para tornar-se sacerdote eterno em favor de sua Igreja. E este Sumo Sacerdote, na figura messiânica de Melquizedeque recebeu o dízimo de Abraão e, como não cessou, continua recebendo o dízimo de seus eleitos, não por força de lei formal, mas por emulação espiritual e impulsão natural do Espírito Santo, que liga todos os fiéis regenerados ao Sumo Sacerdote da ordem de Melquizedeque, Jesus Cristo.

VIII.3.c- O dízimo, no contexto da graça, é entregue a Jesus Cristo, Sumo Sacerdote nosso, que vive, conforme preconizou o seu protótipo no Velho Testamento, Melquizedeque, ministro do Deus altíssimo sem vínculos sacerdotais na terra e também, como o Messias prefigurado, não “teve princípio de dias, nem fim de existência” (Hb 7.3) e, por isso mesmo, “feito semelhante ao Filho de Deus, permanece sacerdote para sempre” (Hb 7.3). Ora, se o sacerdócio da ordem de Melquizedeque continua, sem solução de continuidade em Jesus Cristo, o que lhe foi devido no “tipo” (Melquizedeque) permanece devido na pessoa real, o Filho de Deus, em quem o sacerdócio continua e permanecerá para sempre: o dízimo.

VIII.3.d- Se Abraão é o pai da fé (Rm 4.11,16; Gl 3.7,9), e se submeteu a Melquizedeque pela doação do dízimo, devemos seguir-lhe o exemplo, submetendo-nos a Cristo Jesus, o nosso definitivo e perfeito Sumo Sacerdote, entregando-lhe o dízimo, que lhe pertence. Mais do que a lei podia fazê-lo, o dízimo fica, irrevogavelmente, instituído no Novo Testamento, conforme declara Hebreus, como “dever de cada filho da fé” ao seu Sumo Sacerdote da ordem de Melquizedeque, o Filho de Deus, Jesus Cristo. Se Melquizedeque “permanece” em Cristo, segundo a ordem sacerdotal messiânica, que nada tem a ver com a ordem levítica (ver Hb 7), os servos de Cristo devem-lhe, irrecusavelmente, o dízimo. Não há como negar.

VIII.3.e- **A submissão de Abraão a Melquizedeque**, rei da paz, foi mediante o dízimo dos despojos, que significava: toda vitória pertence a Deus de quem é mediador Jesus Cristo. A nossa submissão a Cristo, concretizada demonstrativamente na entrega do dízimo, tem de ser expressa da mesma maneira: nada sou e nada tenho; tudo pertence a ti, Meu Senhor, Salvador e Rei. Não há, pois, mais clara, mais nítida e mais contundente “declaração” de obrigatoriedade de dízimo que esta: *Devemos o dízimo ao nosso Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, como Abraão o deveu a Melquizedeque, “tipo” do Messias. O dízimo, portanto, não é, no Novo Testamento, uma obrigação imposta pela lei, mas uma bênção do pacto da graça, firmada por Deus com Abraão e confirmada em Cristo e nele realizada. Quem nega o dízimo, nega sua própria fé e desconsidera Cristo, seu real e eterno Sumo Sacerdote.*

VIII.3.f- O servo de Cristo não pode esquecer-se de que “CRISTO É SACERDOTE PARA SEMPRE, SEGUNDO A ORDEM DE MELQUIZEDEQUE” (Hb 7.17) e, portanto, a ele não se lhe negará o dízimo devido, recebido inauguralmente no protótipo sumo sacerdote Melquizedeque.

O dízimo, no Novo Testamento, além de continuar como um dos sinais visíveis, objetivos e materiais do pacto, recebeu conotação litúrgica, isto é, tornou-se um componente indispensável de adoração serviçal ao Senhor dos céus e da terra, pois a “doação” de nós mesmos somente se completa e se torna verdadeiramente real, quando incluimos no culto prestado um pouco do “suor de nosso rosto”, o dízimo.

IX- A generosidade da graça no Novo Testamento.

O dízimo permanece como um dos componentes do culto, indissolúvelmente integrado no corpo ou conjunto dos elementos de “serviço” cúltico (diaconia) da Igreja. É o mínimo que, culticamente, o servo de Cristo entrega ao seu Senhor, nosso Sumo Sacerdote, Cabeça da Igreja. A dispensação da graça, porém, não estabelece limite à dedicação, à consagração e à generosidade. Vejamos um caso, aos nossos olhos, extremo e até inconstante, mas com a explícita aprovação de Jesus Cristo:

IX.1- Oferta da Viúva Pobre:

“Assentado diante do gazofilácio, observava Jesus como o povo lançava ali o dinheiro. Ora, muitos ricos depositavam grandes quantias. Vindo, porém, uma viúva pobre, depositou duas pequenas moedas correspondentes a um quadrante. E, chamando os seus discípulos, disse-lhes: Em verdade vos digo que esta viúva pobre depositou no gazofilácio mais do que o fizeram todos os ofertantes. Porque todos eles ofertaram do que lhes sobrava; ela, porém, da sua pobreza deu tudo quanto possuía, todo o seu sustento” (Mc 12.41-44).

Analise o fato:

IX.1.a- O estado de viuvez em si mesmo (ainda hoje, triste) era calamitoso naqueles tempos. Agrava-se muitíssimo o quadro, quando se diz que se tratava de “viúva pobre”. Portanto, essa mulher tinha tudo para viver “lamentando” a situação, “buscando “bênçãos materiais divinas”, e mais, com todo direito de alegar pobreza absoluta, o que seria “motivo justo” para não dar nada ao seu Pai celeste, por ser uma paupérrima. Quantas pessoas, dizendo-se crentes, menos pobres que a viúva da história, vivem de capela em capela, de igreja em igreja, como pedintes viciados e sistemáticos. Conheci uma viúva em Itaperuna, RJ, que morava sozinha, mantendo-se com aposentadoria de salário mínimo, mas nunca deixou de depositar seu dízimo, e rigorosamente fiel, no gazofilácio da Igreja. Quem entende que o Novo Testamento não “regulamenta” o dízimo, deve estar disposto, certamente, a seguir o exemplo da viúva pobre, aprovado e elogiado por Cristo.

IX.1.b- Valor de um quadrante, dois leptos. Um lepto, $\frac{1}{2}$ do quadrante, menor fração da unidade monetária, correspondia a $\frac{1}{128}$ do denário. Divida o salário/dia do trabalhador de salário mínimo (R\$ 180,00 mensais), e obterá R\$ 6,00. Divida agora R\$ 6,00 por 64, e obterá o valor correspondente, em reais, a um quadrante, algo de ínfimo valor. Dois leptos (um quadrante), quase nada, era, na verdade o “tudo” que possuía a viúva. Daria para uma fatia de pão. Mas ela, crente mesmo, absolutamente fiel, não “escondeu” nada, não ocultou coisa alguma, não alegou miserabilidade para não ser grata. Há crente que tem milhões de vezes mais, e, alegando “impossibilidade” de ser dizimista, “apenas 10%”, deixa de cultuar o seu Criador, Salvador e Protetor. Alega que a “proporcionalidade” prejudica o pobre, pois dar R\$ 18,00 (dízimo do salário mínimo) deixa para o dizimista muito menos que entregar R\$ 100,00 de R\$ 1000,00. A lógica econômica e a razão contábil dão razão ao “contestador”, mas a Jesus Cristo, não; porque o amor a Deus e a gratidão a ele são imensuráveis. Ela poderia ter depositado somente uma moeda (um lepto), e estaria dando 50% do que possuía; que já seria admirável desprendimento. Seu coração, porém, determinou que entregasse “tudo”, todo o seu sustento. O verdadeiro amor não se mensura; ele nos leva ao sacrifício extremo da privação pessoal até do necessário em favor da

pessoa amada. Assim procedeu a viúva pobre para com o Deus a quem amava incondicionalmente.

IX.1.c- Deus está vendo...

Às vezes, por falta de fé e pleno conhecimento de Deus, achamos que ele não “presencia” nossos atos costumeiros e não desvenda as intenções mais secretas de nossas mentes. Temos, freqüentemente, a impressão de que Deus não “está vendo” o que fazemos nem com que intenção o fazemos. Cristo, no entanto, “via” o “montante” que cada um depositava no gazofilácio. Entregavam quantias volumosas, mas do que lhes sobrava, não representando qualquer sacrifício. Também, igualmente, “viu” o que a pobre viúva doava. Apesar de quase nada, valor ínfimo, era tudo que lhe restava, seu único pão. Esta oferta representou a “doação total”, um enorme “sacrifício” de que Deus se agradou. O Messias vê o sacrifício que cada trabalhador de salário mínimo faz, e com prazer, para entregar o seu dízimo, mas, por outro lado, “enxerga” aquele que, mentindo para o Senhor, chama de dízimo de sua renda o que realmente não é. Deus exige “transparência” (palavra em moda), veracidade e fidelidade de seus servos, aqueles que receberam e portam o nome de cristãos.

O contraste da viúva pobre é o “Jovem Rico” da parábola que, quando Jesus mandou vender todos os seus bens e distribuir o produto da venda com os pobres, saiu triste, por ser muito rico, e não ter condições de “viver com Deus na pobreza” (Lc 18. 18-23). Os “prosperistas” entendem que “pobreza” é sinal de falta de fé, de “confiança” em Deus, de “exigir” do Senhor de tudo o de que se tem direito por criação (na qualidade de filho) e por promessa. “Renúncia” de bens materiais não entra nas cogitações da “teologia da prosperidade”. O Cristo deles não elogiaria nunca a viúva pobre, vivendo na miséria por “falta de fé”, conforme ensinam. O certo, no conceito prosperista, é “pedir tudo” com “autoridade” e com “fé”, jamais “doar tudo”, como fez a viúva pobre. Os que aceitam os apelos da “religião da prosperidade”, vão em busca de bens e favores divinos, nunca para se doarem a Deus em sacrifício vivo santo e agradável ao Ser adorado (Rm 12.1,2).

IX.2- O Generoso Zaqueu.

“Entrementes, Zaqueu se levantou e disse ao Senhor: Senhor, resolvo dar aos pobres a metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, restituo quatro vezes mais. Então, Jesus lhe disse: Hoje houve salvação nesta casa, pois que também este é filho de Abraão” (Lc 19.8,9).

A conversão tira o pecador de si mesmo e volta-o para Deus e para o próximo; liberta-o da escravidão a Mamon, da submissão contumaz e até fóbica às riquezas, conferindo-lhe a liberdade dos filhos de Deus para o

serviço (culto) ao Salvador e compartilhamento com o próximo. O servo de Deus vale-se do material, não para acúmulo de bens pessoais, mas para realizar os três objetivos fundamentais da existência socializada: a- Manter-se com dignidade, modéstia e frugalidade. b- Trabalhar com honestidade para produzir, cumprindo o seu dever de mordomo de Deus, para que a “Casa do Senhor”, dono de todas as searas, tenha com abundância, e seu reino se divulgue, amplie-se e fermente, salgue e ilumine o mundo. c- Produza para si, tendo o bastante para ajudar o semelhante necessitado. A conversão implica em: deixar de ser materialista; tornar-se irmão de seus irmãos, não somente do rico mas, e principalmente, do pobre, estendendo-lhe a mão fraterna, amorosa e caritativa, se necessário.

Zaqueu realmente se converteu. Sua primeira disposição de nova criatura foi “dar a metade de seus bens aos pobres”. O converso despe-se, no ato da conversão, do egocentrismo, da egolatria, da avareza (que é pecado), do orgulho, do individualismo, do materialismo, para tornar-se servo de Deus e do irmão, cumprindo, deste modo, toda a lei de Deus: amando a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. Todo verdadeiro convertido é liberal para com a Igreja de Deus e caridoso com o semelhante.

Todo convertido real é honesto: não subtrai de Deus; não explora os outros, quer valendo-se da escassez de mercado para aumentar desmesuradamente os preços, quer furtando ou roubando descaradamente nos pesos, nas medidas e nos tributos. O amor a Deus e ao próximo gera uma ética equilibrada, respeitosa e sensata. Zaqueu, imediatamente à regeneração, desejou restituir quatro vezes mais às pessoas que, porventura, tenha fraudado nos tempos do velho homem carregado de egoísmo e iniquidade. Assim procede o arrependido: repara os danos que seu pecado causou.

Generosidade e liberalidade são as marcas do regenerado. Zaqueu é o exemplo. A caridade aos pobres, na conjuntura atual, faz-se pela Igreja, especialmente por meio da Junta Diaconal. E se os crentes, aos quais Deus deu um pouco mais que o necessário à sobrevivência, não são liberais, a mão caritativa da Igreja aos irmãos carentes fica vazia e contingentemente descaridosa.

Zaqueu podia, tranqüilamente, dizer ao Senhor: Agora, que sou teu servo, vou pagar o que devo, restituir o que, porventura, defraudei, e entregar fielmente o dízimo. Se assim o fizesse, seria elogiável. Como crente da dispensação da graça, entretanto, foi ao máximo, não se contentando em ficar com o “estabelecido” legalmente. Há “crentes (?)” hoje que “acham difícil” o mínimo de 10% de seus rendimentos. Certamente estão fracos e doentes.

IX.3- A Mulher Pecadora.

“...Veio uma mulher trazendo um vaso de alabastro com preciosíssimo perfume de nardo puro; e quebrando o alabastro, derramou o bálsamo sobre a cabeça de Jesus. Indignaram-se alguns entre si e diziam: Para que este

desperdício de bálsamo? Porque este perfume poderia ser vendido por mais de trezentos denários e dar-se aos pobres. E murmuravam contra ela. Mas Jesus disse: Deixai-a; por que a molestais? Ela praticou boa ação para comigo.” “Em verdade vos digo: onde for pregado em todo mundo o evangelho, será também contado o que ela fez, para memória sua” (Mc 14.3-6,9).

Trezentos denários são, aproximadamente, trezentos dias de trabalho de um trabalhador comum. Entenderam os críticos sociais que derramar tanto e tão valioso perfume sobre a cabeça de Jesus, enquanto os pobres estão passando fome, é um absurdo intolerável, além de ser “declaradamente” injusto e “anticristão”. Os “justicialistas” daqueles tempos deixaram muitos seguidores que, passados de geração em geração, chegaram até nós com a mesma tese: Deus não merece tanto; em vez de se dar à Igreja, para “encher barriga de pastor”, porque não se dar aos pobres? O curioso é que os mesmos “caritativos” sustentam a doutrina de que a Igreja é o Corpo de Cristo, o povo de Deus na terra. Logo, tacitamente, reconhecem a necessidade da mordomia cristã, materialmente falando. Ela representa a parcela que Deus exige do homem para divulgação da palavra salvadora, sustento do “reino de Cristo no mundo”, beneficência aos domésticos da fé. Deus é cultuado com nossas palavras exaltatórias mas também, e objetivamente, com a entrega de nossos dízimos, contribuições e ofertas.

O esbanjamento exibicionista, requintado, luxurioso, recebe poucas críticas. A entrega do dízimo é criticadíssima. As colunas sociais publicam banquetes caríssimos da alta sociedade, regados a vinhos e uísques importados, nos quais se ingere, adicionado às finas e raras iguarias, pó de ouro puro. E tal desperdício, por ser de louvação à carne, não sofre a devida censura. Desperdiçam-se nos jogos, nos vícios, nas orgias, nos requintamentos exagerados das indumentárias, dos automóveis, das residências e das festas sociais, e não se fala nada, nem sequer se lembram dos pobres. O que se gasta com o mundo tem a plena aprovação dos mundanos; o que se dá a Deus, entregue à sua Igreja, é “injusto” e injustificável “esbanjamento.” O crente sincero não pode dar ouvido a essa gente sem fé e até contra Deus.

A “viúva pobre” e a “mulher pecadora”, praticaram “boa ação” para com Deus e, certamente, foram abençoadas, não exatamente nesta vida, mas na eternidade, onde se encontram.

O amor levou a viúva pobre à exuberância de um gesto de liberalidade, incompreensível aos olhos de quem não ama e não se consagra à pessoa amada. São poucos, se estes existem, os que lhe seguem o exemplo.

A mulher pecadora, sob murmúrios contrários, derramou seu rico coração, por meio daquele perfume valioso, sobre o seu benfeitor, Salvador de sua alma. O mesmo benefício recebem todos os regenerados, mas não dedicam a Deus o amor correspondente, pois “*Deus amou o mundo*

(mundo=humanidade) de tal maneira, que deu seu Filho Unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). Muitas pessoas, que Deus ama irrestritamente, não têm disposição de fazer o mesmo, principalmente em se tratando dos bens materiais. Ela ungiu Jesus para a morte (v.8), para que ele morresse como Sacerdote e Rei, isto é, sua generosidade não foi somente um ato de gratidão, mas também, embora não o soubesse, um feito de reconhecimento da obra sacerdotal de Cristo e de sua realza sobre o seu povo e sobre o universo.

Quantas pessoas estão perdendo a oportunidade de demonstrar igual amor ao Deus que as ama extremadamente, a ponto de morrer por elas!

IX.4- Os crentes de Jerusalém.

“Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade” (At 2.44,45). “Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum. Com grande poder os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus, e em todos eles havia abundante graça. Pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes e depositavam aos pés dos apóstolos; então, se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade. José a quem os apóstolos deram o sobrenome de Barnabé, que quer dizer filho de exortação, levita, natural de Chipre, como tivesse um campo, vendendo-o, trouxe o preço e o depositou aos pés dos apóstolos” (At 4.32-37).

Aqui há de deduzir-se, pela simples leitura, que a liberalidade era de 100%. Poder-se-á dizer que isso foi uma loucura; que resultou de má interpretação da segunda vinda de Cristo, esperada para qualquer momento; que tais “generosos” vieram a passar necessidade, precisando do socorro de outras igrejas. Todos esses argumentos são pertinentes, mas uma verdade fica patente: os crentes ancestrais, os de Jerusalém, nossa Igreja-mãe, não se limitaram aos ínfimos 10% da renda, deram tudo o que possuíam para a Igreja sob a responsabilidade e administração dos apóstolos. Os proprietários de terras, casas e bens, depois de vendidos, depositavam o montante aos pés dos apóstolos. O fundo comum socorria os necessitados, igualando-os, economicamente, aos mais afortunados: tinham tudo em comum. Vieram a ter carências, mas Deus os socorreu pelas mãos de outras igrejas.

Os que sustentam que não dão o dízimo, porque não é “exigência neotestamentária”, teriam, então, de seguir a norma da graça, sem limite, doando “tudo” ao Salvador, para que a Igreja socorresse os seus carentes. Não fazem nem uma coisa nem outra. A avareza é que produz neles tais argumentos. Se contra-argumentarem que o “doar tudo” não era normativo, sugiro-lhes que leiam o que aconteceu com Ananias e sua esposa Safira.

Mentiram, sob tentação demoníaca, retendo parte do valor arrecadado com a venda. Foram punidos com a morte imediata (At 5.1-11). Os que prometem o dízimo, por exemplo, mas dão apenas parte dele, mentem a Deus, com certeza sob influência maligna, cavando-lhes a morte espiritual.

O princípio da liberalidade irrestrita na dispensação da graça fica mantido. Quem entender que o dízimo foi ab-rogado no Novo Testamento, melhor; pois, certamente, fará o que se estabelece na prática: no mínimo, 50%, acompanhando o conserto Zaqueu.

Uma coisa não se pode negar: na Igreja primitiva de Jerusalém não se discriminava entre ricos e pobres, pois tudo lhes era comum: a fé e a “mesa”: *“E perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações”* (At 2.42). *“Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum”* (At 2. 44). A proporcionalidade do dízimo iguala todos os corações perante Deus, pois, proporcionalmente, todos contribuem igualmente.

IX.5- Liberalidade dos crentes macedônios.

“Também, irmãos, vos fazemos conhecer a graça de Deus concedida às igrejas da Macedônia; porque, no meio de muita prova de tribulação, manifestam abundância de alegria, e a profunda pobreza deles superabundou em grande riqueza da sua generosidade. Porque eles, testemunho eu, na medida de suas posses e mesmo acima delas, se mostraram voluntários, pedindo-nos, com muitos rogos, a graça de participarem da assistência aos santos. E não somente fizeram como nós esperávamos, mas também deram-se a si mesmos primeiro ao Senhor, depois a nós, pela vontade de Deus” (II Co 8.1-5).

Sobre a narrativa do incrível desprendimento dos macedônios, ponderemos:

IX.5.a- O princípio da liberalidade generosa da contribuição salta aos olhos, segundo a absolutamente veraz informação paulina. Eles não estavam preocupados com o mínimo de 10% , mas com o máximo que podiam dar, e deram. Os que desejam livrar-se do dízimo, argumentando que o Novo Testamento não o sanciona, devem corar-se de vergonha diante dos liberais e desprendidos macedônios.

IX.5.b- Eles contribuíram acima das possibilidades, enfrentando barreiras terríveis de tribulação e “profunda pobreza”. Portanto, a oferta representava-lhes imenso sacrifício com renúncia, certamente, de bens pessoais indispensáveis. Crises e necessidades, argumentos fortes para os de má vontade ou incrédulos, não opuseram obstáculos à confiança em Deus refletida da indiscutível generosidade.

Cristo, sendo rico, fez-se pobre, para que, por sua pobreza, nos tornássemos ricos, quer dizer, herdeiros do reino eterno por sermos feitos filhos de Deus (II Co 8.9 cf Jo 1.12).

IX.5.c- Paulo afirma (v 2) que a generosidade é uma “riqueza”. Sim, uma riqueza de amor ao próximo, aos irmãos necessitados, à Igreja de Cristo mas, acima de tudo, uma imensurável bênção espiritual, em tudo melhor, maior e mais nobre que a material. O jovem rico, citado em Lc 18.18-23 cf Mt 19.16-22; Mc 10.17-22, não passava de um “miserável espiritual”. Os bens espirituais são ocultados aos grandes e revelados aos pequeninos (Mt 11.25).

IX.5.d- Contribuir com liberalidade para assistência aos santos é uma “graça” (Cf 8.4,6,7), isto é, um dom de Deus, conferido a todos os crentes, exatamente porque procede do amor mais puro e sincero, e este é dádiva de todos os eleitos redimidos: *“Visto como, na prova desta ministração, glorificam a Deus pela obediência da vossa confissão quanto ao evangelho de Cristo e pela liberalidade com que contribuís para eles e para todos, enquanto oram eles a vosso favor, com grande afeto, em virtude da superabundante graça de Deus que há em vós. Graças a Deus pelo seu dom inefável”* (II Co 9.13-15). O crente que contribui é agraciado para contribuir e agraciado porque contribui. A entrega do dízimo e da oferta são atos de louvores a Deus.

IX.5.e- Os macedônios pediram e até “rogaram”(v.4) para contribuir, participando assim da “graça” de socorrerem assistencialmente os santos de Jerusalém. Os crentes de nossos dias, influenciados, alguns deles, pelo antidizimismo dialético dos afoitos antimacedônicos, regateiam o dízimo e são praticamente nulos em ofertas. O cristão materialista inventa tudo, até argumentos supostamente bíblicos, para justificar sua “avareza” cristã, deixando o peso da Igreja para poucos honestos e liberais. É fato constatável nos meios cristãos, mas profundamente lamentável.

IX.6- Deus trabalha com os nossos dízimos e contribuições.

“Completai agora a obra começada, para que, assim como revelastes prontidão no querer, assim a leveis a termo, segundo vossas posses” (II Co 8.11).

A obra começada é a de Deus: manutenção dos santos e propagação do evangelho da redenção. Deus executa tais ministérios por meio de pessoas que se dedicam a ele e consagram-lhe parte de seus rendimentos, quer em forma de dízimo quer em contribuição ou oferta: *“Deram-se a si mesmos primeiro ao Senhor, depois, a nós, pela vontade de Deus”* (II Co 8.5). O dizimista e ofertante é um mordomo colaborador de Deus no sustento da obra eclesiástica geral: ministérios e missões. É mau servo, entravador do crescimento do reino, de seu estabelecimento, de sua consolidação, de sua doutrinação e manutenção quem não entrega o dízimo e não oferta ao seu Senhor. O privilégio de contribuir redundava em bênção para o reino de Deus

com retorno a quem dá com alegria: quem semeia pouco, pouco também colherá.

IX.7- Contribuir é semear.

“E isto afirmo: aquele que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia com fartura, com abundância também ceifará. Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria. Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra, como está escrito: Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre” (II Co 9. 6-9).

IX.7.a- Quem contribui, de sua parte, semeia o reino eterno do Cordeiro. Cada vez que você entrega o dízimo, aumenta a possibilidade de consolidação e expansão da Igreja. Todos os dizimistas e contribuintes da Igreja são, indireta mas objetivamente, “evangelistas” do Reino, não por ação missionária pessoal, mas por meio de participação mantenedora do ministério de sua Igreja; e isto ele o faz para Deus, Senhor e Rei de seu povo dentro do qual milita como um dos súditos. Não se pode exigir muito de uma Igreja cujos membros não são dizimistas; e não o sendo, o prejudicado é Cristo, Pastor do rebanho universal e de cada aprisco.

IX.7.b- A Igreja é a nossa “Terra da Promissão”, nossa “Videira Verdadeira”. Em Cristo Jesus, produz o vinho puro e mana leite e mel espirituais, morais e sociais. O seu cultivo fica a cargo do Pai, o Agricultor, mas compete a nós, os ramos, a produção dos frutos, que a nós não nos pertence, mas ao Senhor da seara, ao Proprietário da vinha. Os frutos éticos, sociais, intelectuais e espirituais de cada servo são integralmente glórias ao seu Senhor. Igualmente, os frutos econômicos, colhidos das atividades legítimas de “frutificação”, têm de ser colocados no “gazofilácio” do Senhor, pois a ele pertencem. O servo não é dono de si mesmo nem de sua produção. Ele, o Senhor, é quem devolve ao servo-mordomo o de que necessita para a sobrevivência física. Esta foi, na verdade, a lição da liberalidade absoluta da viúva pobre e dos crentes de Jerusalém: dependemos de Deus, pois dele somos mordomos. Nossa “riqueza”, o Salvador nô-la tem reservado no espiritualmente riquíssimo Paraíso, onde, reincorporados, viveremos o gozo eterno com o maravilhoso conselheiro, príncipe da paz, o Filho de Deus, nosso Senhor.

IX:7.c- Contribuir “segundo o coração.”

“Cada um contribua segundo tiver proposto no coração” (II Co 9.7).

Tudo bem,

mas vejamos em que condição deve estar o “coração proponente:

IX.7.c.1- Deve estar feliz e alegre (v.7), mas com quem? Certamente com Deus, o seu Senhor, e consigo mesmo, pelo fato de ser-lhe servo, dever-lhe gratidão, submissão e serviço. É o coração que não se esquece de que Cristo, sendo rico, fez-se pobre por sua causa. Você acha que esse coração contente dará o “menos” que puder, ou o máximo? Um coração feliz e alegre não tem condição de “doar ao seu Salvador” apenas o “supérfluo” ou a “sobra”, mas lhe consagrará o mais valioso e o mais necessário.

IX.7.c.2- O coração feliz é o consagrado a Deus, o do servo regenerado, a quem o Pai galardoa com superabundante graça e ampla suficiência: *“Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra” (II Co 9.8)*. A declaração “toda boa obra” inclui, obviamente, o dom de contribuir e o dever de entregar o dízimo.

IX.7.c.3- O crente alegre e feliz sabe que *“Aquele que dá semente ao que semeia e pão para alimento, também suprirá e aumentará a vossa sementeira e multiplicará os frutos da vossa justiça, enriquecendo-vos, em tudo, para toda generosidade, a qual faz que, por nosso intermédio, sejam tributadas graças a Deus” (II Co 9. 10,11)*. Ora, quem “dá com alegria” tem sua “sementeira suprida e aumentada”, logo, não deu nem dará pouco. Além do mais, o que contribui com prazer de contribuir, Deus, segundo a promessa, “multiplicará os frutos de sua justiça” (v.10), o que significa: correção, liberalidade e generosidade na contribuição. O verdadeiro servo de Deus tem a justiça plantada em seu ser regenerado e a toma como apanágio da vida. Agora, o “membro de igreja”, sem o feliz gozo da salvação, esse tem o coração para si mesmo, para sua própria felicidade e auto-realização. Seu espírito não é, jamais, “dar com alegria”, o que faz, quando o faz, com tristeza e pesar de estar tirando o “seu” de suas “necessidades” para quem “não precisa”- Cristo. Esse está na Igreja para “ter o contentamento” de “receber”, não o de dar. Vive “buscando bênçãos”. Aliás, “busca bênção” porque não se sente “abençoado”.

IX.7.c.4- Contribuir: ação de graças.

“Porque o serviço dessa assistência não só supre a necessidade dos santos, mas também redundando em muitas graças a Deus” (II Co 8.12). O crente que reconhece que tudo que é, faz e possui, procede da inefável benevolência divina, torna-se grato; e uma das maneiras, a mais objetiva, de agradecer é consagrar-se ao Criador e dedicar-lhe parte do fruto de seu trabalho: ofertas e dízimos. Quem presta culto a Deus pelos seus dízimos e ofertas, fá-lo de coração, desprendido, alegre e generosamente, não ficando, nunca, no mínimo de 10%.

X- Ação diacônica da Igreja.

“Ora, naqueles dias, multiplicando-se o número dos discípulos, houve murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas deles estavam sendo esquecidas na distribuição diária. Então, os doze convocaram a comunidade dos discípulos e disseram: Não é razoável que nós abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas. Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço” (At 6.1-3).

Observemos o seguinte:

X.a- Já vimos que a Igreja hierosolimita tinha tudo em comum, isto é, havia um depósito geral de onde se tirava para cada membro, conforme a sua necessidade. As viúvas judaicas, com a lei do levirato (Dt 25.5-10), ficavam, grande parte delas, amparadas por novo casamento com o cunhado (levir, do lat.), mas as gregas não gozavam de tal privilégio e, por isso, os crentes helenistas reclamaram, e foram atendidos, criando-se uma equipe especial para cuidar da questão, socorrer as viúvas desamparadas: os diáconos.

X.b- Essa comissão dos sete homens cheios do Espírito Santo não foi criada para beneficência social a estranhos. Os seus componentes, que não foram chamados diretamente de “diáconos”, nome que receberam por inferência do serviço que prestavam. Entretanto, “diácono é todo aquele que serve a Deus tanto na ministração da palavra como na distribuição de benefícios materiais. “Diaconeo” significa ministério do serviço; implica em todas as atividades do servo(doulos).

X.c- A preocupação dos apóstolos, tanto no caso das viúvas gregas como no dos crentes necessitados de Jerusalém, tratado nos capítulos 8 e 9 de II Coríntios, a assistência é exclusivamente aos necessitados da Igreja, os da família da fé. A Igreja não é uma “ONG”(Organização Não Governamental) social; é o Corpo de Cristo, retirado do mundo por eleição eterna e redenção em Cristo, e tem por finalidade precípua pregar o evangelho da redenção a todos os povos, instruir os seus membros, e cuidar da fraternidade e santidade dos redimidos, socorrendo, quando necessário, os domésticos da fé. Ponderemos sobre um texto muito utilizado pelos “assistentes sociais” a respeito do assistencialismo com o dízimo do Senhor”: *“Por isso, enquanto tivermos oportunidade, façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé” (Gl 6.10).* Analisemos o texto:

X.c.1-O crente tem o seu “tempo da oportunidade” (enquanto tivermos oportunidade) para o bem a “todos”, indiscriminadamente. Não tendo ele, nem a sua Igreja, condições financeiras de “fazer o bem caritativo a todos”, tais circunstâncias impedem a plena e real aplicação do que se recomenda. A caridade seletiva, isto é, para “quem merece”, os necessitados menos corruptos, menos depravados, menos comprometidos com a marginalidade e a carnalidade, parece racional, mas não se fundamenta no texto. O certo é que não podemos usar indevida e inadequadamente o que é santo, isto é, o que foi

separado para Deus: *“Não deis aos cães o que é santo, nem lanceis ante os porcos as vossas pérolas, para que não as pisem com os pés e, voltando-se, vos despedacem”* (Mt 12.6). O dízimo é santo ao Senhor (Lv 27.32), não devendo ser utilizado para “alimentar incrédulos.” Com os recursos “santos” a Igreja se sustenta internamente e promove a ação missionária para glória de Deus. Portanto, os bens econômicos de Deus, depositados sob a mordomia da Igreja, não podem ser gastos com incrédulos depravados. Tendo a Igreja necessidade e disposição de realizar obra social, deve organizar uma ONG com recursos pessoais de seus membros e, por meio de instituição legal reconhecida, ajudar os necessitados de fora da Igreja. Com o dízimo, não, porque Deus não o destinou para tal função. Devemos ser criteriosos e parcimoniosos na administração do patrimônio financeiro de Deus. A prodigalidade com o “dinheiro de Deus” é mais pecaminosa que a pessoal.

X.c.2- O contexto de Gl 6.10 mostra-nos que o “bem a todos” tem caráter retributivo e, portanto, divergente da liberalidade mordômica: o dar sem retribuição da parte de quem recebe. Assim Deus faz conosco. A alegria do “dar” reside no “servir”, não no ser “retribuído”.

O bem que se faz, monetariamente falando, não tem “retorno” material correspondente, nem em forma de “gradidão” do beneficiado. A recompensa, certamente, se houver, será de natureza espiritual, e procederá das mãos do Pai misericordioso. Eis o que declara o versículo antecedente: *“E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos”* (Gl 6.9). O fato de “ceifarmos” se “não desfalecermos”, mostra que se trata de compensação ao ato caritativo no curso desta vida, se continuarmos na prática beneficente. Se o “bem praticado” é moral, social, psicológico e espiritual”, sua “recompensa” não será, necessariamente, temporal, isto é, no espaço da existência.

X.c.3- Os bens morais e os espirituais devem ser colocados ilimitadamente a serviço do próximo, seja ele irmão em Cristo ou não. O crente tem de ser benigno, tolerante e perdoador no trato com todos os seus semelhantes. A caridade, porém, se feita pela Igreja, precisa ser, fundamental e prioritariamente, aos da família da fé. Casos isolados, cuidadosamente examinados, excepcionalmente, podem ser atendidos. Lembremo-nos de que, conforme o próprio contexto de Gl 6.10 afirma , o “semeio” tem retorno positivo ou negativo: *“Porque o que semeia para sua própria carne da carne colherá corrupção: mas o que semeia para o Espírito do Espírito colherá vida eterna”* (Gl 6.8).

X.c.4- O texto de Gl 6.10 não nos manda distribuir os bens patrimoniais e econômicos da Igreja indiscriminadamente, mas cuidar dos irmãos em Cristo, o que realmente podemos e devemos fazer.

X.d- *“Mais bem-aventurado é dar que receber”* (At 20.35b).

Para alguns “irmãos”, feliz é o que recebe bênção material. Do espiritual não se cogita. O imediato é o que se busca. Para Lucas, no entanto,

a maior bem-aventurança está no **doar**, não no **receber**. Primeiro, porque quem “pode” doar não “precisa” receber; segundo, porque doar é a mais direta forma de ação de graças, de culto a Deus. Deus não precisa receber nada, ele não tem carência de coisa alguma. Exatamente por ser em tudo auto-suficiente é que se qualifica como o Deus absolutamente gracioso: supre o homem de todos os bens de que necessita: materiais, morais, sociais e espirituais, sem requerer nada em troca. O Criador é providente e dadivoso por sua graça generosíssima e sem a mínima reciprocidade. Assim, o homem de Deus, o servo de Cristo, deve ter a disposição altruisticamente espiritual para sentir-se “realizado em dar”, nunca em receber. O Senhor premia o trabalho do trabalhador, aumentando-lhe a sementeira e multiplicando-lhe os frutos para que ele, filho do Pai celeste, cultue o seu divino Rei com suas “primícias”, ofertas, contribuições e dízimos, sendo, dessa maneira, um “bem-aventurado servo.”

X.e- O discípulo recompensa o mestre: *“Mas aquele que está sendo instruído na palavra faça participante de todas as coisas boas aquele que o instrui” (Gl 6.6).* Aqui a obrigação é o sustento de quem ministra a Palavra na pregação e no ensino. E tal sustento somente é possível mediante dízimos e ofertas das ovelhas realmente conscientes e, em decorrência, liberais. Os ministros do ensino e da proclamação, contudo, devem praticar, até por consagração a Cristo e à sua Igreja, a frugalidade e a modéstia.

XI- CONFORME A PROSPERIDADE.

“Quanto à coleta para os santos, fizeti vós também como ordenei às igrejas da Galácia: No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte, em casa, conforme a sua prosperidade, e vá ajuntando, para que se não façam coletas quando eu for” (I Co 16.1,2).

Ressaltemos da recomendação acima:

XI.a- A contribuição deve ser sistemática, conforme a data de recebimento do salário, emolumentos ou rendimentos. No caso em apreço, o recolhimento deveria ser semanal.

XI.b- A coleta estava dentro do preceituado por Deus no Velho Testamento: sustento dos santos. Na antiga dispensação, a “Igreja” nucleava-se no sacerdócio, mantido pelos dízimos, primícias e ofertas. Hoje, toda Igreja é um “sacerdócio real”, mas não deixou de ser um “corpo” comunitário, um rebanho, pastoreado por “ministros” vocacionados e “separados” por Deus e aceitos, ordenados e empossados pela Igreja. O ministério ordenado, Cristo afirma, será mantido pela Igreja, porque “digno é o trabalhador de seu salário” (Mt 9.3.5). Manter os “santos”, isto é, os “separados para Deus”, retirados das profissões seculares, é dever da Igreja. Cada crente é um “santo”, separado do reino do mundo para o reino de Cristo. Cada ministro

também é um “santo”: separado dentre os irmãos para ser-lhes servo, exatamente como acontecia com a tribo de Levi.

XI.c- A contribuição devia ser proporcional: “conforme a prosperidade” ou “segundo o coração” liberto do pecado da avareza (II Co 9.7). A generosidade é que estabelece a proporcionalidade. Então, não se fala em dízimo, pois este “determina o mínimo” (10%), mas a liberalidade é ilimitada. Seria até bom que os “contrários” ao dízimo o fossem por “liberalidade”, quer dizer, muito além de dizimistas seriam, “contribuindo segundo as suas posses. Assim eram os irmãos das igrejas primitivas. Os que muito recebem de Deus, têm o dever de entregar ao seu Senhor e benfeitor mais, na proporção do que se recebeu: “...Àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais se lhe pedirão” (Lc 12.48b).

Deus exige prestação de contas de seus mordomos: dos fiéis e dos infiéis (Lc 16.2 cf Mt 25.19).

XI.d- O que é de Deus, separa-se. As ofertas seriam entregues ao apóstolo Paulo para, por seu intermédio, chegar às mãos dos “santos carentes de Jerusalém.” Até a chegada dele, no entanto, segundo a disponibilidade de cada um, o que “pertencia a Deus” seria guardado em casa para, na ocasião oportuna, ser levado à Igreja e depositado aos pés do “missionário dos gentios”. Igualmente nós, devemos “separar” e “depositar no gazofilácio” o que é de Deus, conforme a proporção das nossas posses e na medida de nossa liberalidade para com Deus. O apóstolo não podia sair “recolhendo” de casa em casa, quando chegasse, as ofertas de cada um. É dever do membro “levar” para o “tesouro de Deus” o que a Deus pertence. Há igrejas que têm recebedores de dízimos, que batem de porta em porta dos “inscritos” na tesouraria para recolher-lhes os “óbolos sacros”, não rigorosamente o dízimo. Esses “devedores”, que pagam contra recibo, geralmente contribuem com baixa percentagem, muito aquém da dízima.

XII- SÍNTESE FINAL.

XII.1- No Velho Testamento imperava a Lei; no Novo, a Graça. Lá, o dízimo era mandamento expresso. Aqui, prevalece o primado do amor. Na dispensação vetotestamentária, a obrigatoriedade com taxa determinada. No ministério da graça, a liberalidade e a proporcionalidade, segundo o coração regenerado e agradecido, que nunca libera o mínimo, mas o máximo, pois o mandamento do amor não admite restrição: “*Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento* (Mt 22.37). Os grifos indicam a exigência da **totalidade** do coração, isto é, da emocionalidade; da vida física com suas potencialidades e

da capacidade intelectual. O amor não se expressa no mínimo nem com ele se contenta, mas no máximo, pois na plenitude do “conceder” realiza-se.

XII.2- O primeiro dízimo foi entregue por Abraão ao sumo sacerdote Melquizedeque, protótipo do Sumo Sacerdote definitivo, Jesus Cristo (Gn 14.18-20 cf Hb 7.1-10). Sendo Cristo a concretização do símbolo, o realizador da promessa, o Sumo Sacerdote que haveria de vir, a ele devemos nossos dízimos. Como Abraão dizimou ao “tipo”, à “figura”; nós dizimamos ao Sumo Sacerdote real, segundo a ordem de Melquizedeque, nosso Senhor Jesus Cristo, Cabeça da Igreja cujo corpo se encarna no mundo de maneira concreta, objetiva.

XII.3- O princípio da mordomia foi instituído na criação, quando o Criador fez o homem e lhe deu a incumbência de cuidar de seu jardim e dominar os animais (Gn 1.26,27 cf Gn2.8, 15). O homem, pois, foi criado para ser mordomo de Deus.

XII.4- O patrimônio de Deus. O princípio de que o Criador “reservou” para si uma parcela, também se encontra na criação com a separação da “árvore do conhecimento do bem e do mal”, preservada para sua “exclusiva” propriedade (Gn 2.16,17). A morte prometida, em caso de violação, não estava na árvore, mas na desobediência da apropriação indébita, no desrespeito ao patrimônio divino inserido no jardim sob a responsabilidade do homem. Ao apropriar-se de tudo, entendia o homem, significaria ser dono absoluto, nada teria a devolver a Deus, prestar-lhe conta dos bens administrados. Senhor de si mesmo e do meio ambiente, pensou ser igual a Deus. Hoje, quando lançamos mão do dízimo, a “árvore de Deus” em nosso patrimônio dominial, cometemos pecado e, de certa maneira, repetimos a infidelidade dos nossos ancestrais.

XII.5- O dízimo é uma instituição divina (Lv 27.30-34 cf Dt 14.22-29), e seu instituidor jamais o ab-rogou: O que não foi ab-rogado continua, pois se o supremo Legislador não o quisesse perpetuar, tê-lo-ia “tornado sem efeito”, especialmente no reino da graça, instaurado por seu Filho Jesus Cristo. Quem, pois, rejeita o dízimo, no fundo, recusa um mandamento divino: “*São estes os mandamentos que o Senhor ordenou a Moisés, para os filhos de Israel, no Monte Sinai*” (Lv 27.34). O que foi “ordenado” por Deus aos “filhos de Israel” vale para todos os filhos de Deus em Cristo, pois a Igreja é o Novo Israel: “*Chamarei meu povo ao que não era meu povo; e amada, à que não era amada* (Rm 9.25 cf Os 2.23)” “*Porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê*” (Rm 10.4). Somente os avarentos rejeitam o mandamento do dízimo.

XII.6- Deus é dono de tudo; não temos nada: “*Ao Senhor pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam*” (Sl 24.1 cf Ag 2.8; Jó 41.11; I Cr 29.10 20). Nada trouxemos a este mundo e nada dele levaremos; tudo fica, conforme os planos de Deus, para as sucessivas

gerações, que pela terra passam como peregrinas. Somos servos de um Senhor absoluto, mas compassivo, amoroso e dadivoso. Como escravos (douloi) de Deus, temos o papel intransferível de servi-lo na qualidade de mordomos.

XII.7- Somos exclusividade do Senhor: *“Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão”(Ex 20.2). “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus (I Pe 2.9,10). Se somos exclusivos de Deus, temos a obrigação de servi-lo exclusivamente. O que o Senhor exigir de seus “escravos”, estes não podem recusar ou cumprir seus deveres pela metade: não podemos servir a dois senhores...*

XII.8- Os que trocam a riqueza eterna pelos bens imediatos.

Na parábola da Grande Ceia, os “principais” convidados recusaram o honroso convite, alegando intransferíveis ocupações de natureza material e emocional: *“Disse o primeiro: Comprei um campo e preciso ir vê-lo; rogo-te que me tenhas por escusado. E outro disse: Comprei cinco juntas de boi e vou experimentá-las; rogo-te que me tenhas por escusado. E outro disse: Casei-me e, por isso, não posso ir” (ler Lc 14.15-24).* A atitude de rejeição, conforme a parábola, causou irritação no senhor da festa (v.21), que mandou convidar os que não tinham nada a que se apegar (v.21-23). Quando o apego às coisas deste mundo chega ao ponto de provocar o desprezo ao Salvador, a perdição verdadeiramente instaurou-se na alma rebelde e seu lugar no banquete eterno ficou eliminado: *Porque vos declaro que nenhum daqueles homens que foram convidados provará a minha ceia” (Lc 14.24).* A prioridade é de Deus, não de Mamon. Deus nos concede bens patrimoniais e morais, mas não admite que centralizemos nossa vida neles. Se assim o fizermos, ofenderemos profundamente o Criador de tudo e Salvador nosso.

XII.9- Primícias e primogênitos para o Senhor: *“As primícias dos primeiros frutos da tua terra trará à Casa do Senhor, teu Deus” (Ex 34,26 cf Ex 23.16,19; Lv 23.9-14; Nm 28.26; Dt 16. 13-17; Dt 16.1-11). “Mas o primogênito de um animal, por já pertencer ao Senhor, ninguém o dedicará; seja boi ou gado miúdo, é do Senhor” (Lv 27.26 cf Nm 3.45; Nm 8.17).* Com isso, Deus nos quer ensinar a prioridade sobre toda produção humana, pois todos os homens são seus mordomos, mormente os eleitos.

XII.10- Destinação dos dízimos:

XII.10.a- Manter o ministério levítico: *“Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança, pelo serviço que prestam, serviço da tenda da congregação”(Nm 18.21 cf Nm 18.24).*

XII:10.b- Manter o sacerdócio aaraônico: *“Assim, também apresentareis ao Senhor uma oferta de todos os vossos dízimos que*

receberdes dos filhos de Israel e deles dareis a oferta do Senhor a Aarão, sacerdote” (Nm 18. 28 cf Nm 18.25-29).

XII.10.c- Assistência social: *Ao fim de cada três anos, tirarás todos os dízimos do fruto do terceiro ano e os recolherás na tua cidade. Então, virão o levita (pois não tem parte nem herança contigo), o estrangeiro, o órfão e a viúva que estão dentro da tua cidade, e comerão, e se fartarão, para que o Senhor, teu Deus, te abençoe em todas as obras que as tuas mãos fizerem” (Dt 14.28,29 cf Dt 26.12,13).* O estrangeiro referido são prosélitos, escravos ou agregados serviçais. A beneficência do dízimo trianual destinava-se, primordialmente, aos patriotas necessitados.

XII.d- Deus, em sua infinita soberania e conforme a sua vontade determinou:

XII.,d.1- Os que ele separou para o ministério sacerdotal não podem “construir patrimônio econômico” no mundo, quer exercendo atividades lucrativas quer “aplicando” dinheiro do ofício sagrado.

XII.d.2- Os leigos ficam na responsabilidade de mantê-los com seus dízimos, primícias e ofertas. Dois princípios devem associar-se numa Igreja equilibrada e serva de Cristo: **frugalidade** do pastor; **prodigalidade** contributiva da ovelha.

XII.d.3- O ministro de Deus será de consagração absoluta e dedicação exclusiva. Vinte e quatro horas estará à disposição do Senhor e de seus irmãos, as ovelhas do sumo Pastor.

Tais princípios, com as devidas modificações contextuais, permanecem no Novo Testamento.

XIII- Manutenção do Ministério Pastoral:

“Não vos provereis de ouro, nem de prata, nem de cobre nos vossos cintos; nem de alforje para o caminho, nem de duas túnicas, nem de sandálias, nem de bordão; porque digno é o trabalhador do seu alimento” (Mt 10.9,10 cf I Tm 5.17,18; I Co 9.13,14).

Assim como o Pai proibiu posses e atividades profissionais aos sacerdotes do Velho Testamento; o Filho, igualmente, impede que seus ministros consagrados exerçam profissões, atividades ou tarefas seculares remuneradas ou adquiram possessões à custa do ministério pastoral. Como o levita, o pastor é o “homem de Deus para Deus”, retirado do mundo e de todas as coisas próprias dele. Pastor de “tempo dividido” significa: não vocacionado. Muitos ministros, hoje, o são mais por causa do “emprego” que por genuína vocação. Temos de “obedecer o Pastor dos Pastores”, restabelecendo as suas normas: a- Pastor de tempo integral e dedicação exclusiva. b- Igreja que sustenta condignamente os seus ministros com a liberalidade característica dos eleitos na dispensação da graça.

XIV- POR QUE O SERVO DE DEUS DEVE SER DIZIMISTA?

XIV.1- Porque rouba de Deus quem não entrega o dízimo:

“Roubará o homem a Deus? Todavia, vós me roubais e dizeis: Em que te roubamos? –Nos dízimos e nas ofertas” (Ml 3.8a). Todos os que foram feitos filhos de Deus mediante a regeneração, firmaram com o Filho de Deus um pacto de comunhão, submissão e serviço(culto); e um dos signos visíveis da “parceria pactuada” é o dízimo, explicitando o compromisso mordômico do “escravo de Cristo.” Deus dá ao seu servo 90%, reservando-lhe 10%. Sonégá-los ao legítimo dono, Deus, é roubo.

XIV.2- Porque entregar o dízimo é mandamento de Deus:

“Trazei todos os dízimos à casa do tesouro” (Ml 3.10a). Para o servo de Deus, uma ordenança de seu Senhor não pode ser discutida e, muito menos, desobedecida.

XIV.3- Porque Deus derrama bênçãos sobre os fiéis:

“Provai-me nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós bênção sem medida” (Ml 3.10b). O dízimo é prova de fidelidade a Deus e atestado de que o relacionamento entre o Salvador e o salvo é realmente interativo e sincero. E, como prêmio à honestidade de seu mordomo, o Senhor é pródigo em conceder-lhe bênçãos. O servo fiel no pouco, Deus o coloca sobre o muito.

XIV.4- Porque sabe que é propriedade de Deus:

“Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus” (I Pe 2.9^a). Se somos de Deus, tudo que temos também lhe pertence, mas ele requer somente dez por cento, e o crente lhe devolve com prazer e alegria. Ser fiel é uma qualidade essencial da nova criatura.

XIV.5- Porque sabe que é escravo do Senhor:

“Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna” (Rm 6.22 cf Rm 6.16-23). Fomos transformados em servos(escravos) de Deus, isto é, mordomos para obedecer, frutificar, santificar e testemunhar. O dízimo é o sinal patente de tais virtudes: obediência, frutificação e santificação.

XIV.6- Porque sabe que não vive para si mesmo:

“Porque nenhum de vós vive para si mesmo, nem morre para si. Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor” (Rm 14. 7,8). O crente que não vive para si mesmo não tem apego avarento, logicamente, ao dinheiro, o que o faz liberal para com Aquele de quem e para quem vive. Nenhum salvo verdadeiro deixa de ser dizimista.

XIV.7- Porque sabe que tem de servir ao irmão:

“Sede, mutuamente, hospitaleiros, sem murmuração. Servi uns aos outros, cada um

conforme o dom que recebeu, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus (I Pe 4.9,10). “Despenseiros da multiforme graça de Deus” significa que a graça de Deus, em todas as suas formas, inclusive a da beneficência pessoal e pelo tesouro da comunidade, é exercida por Deus em favor dos irmãos por intermédio de seus submissos e fiéis mordomos. Como pode a Igreja ser caritativa com membros infiéis no dízimo, mesquinhos nas ofertas e negativos nas contribuições?

XIV.8- Porque sabe que tem de prestar contas a Deus: *“Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus”* (Rm 14.12). Todo servo de Deus tem consciência de que comparecerá perante o tribunal de Cristo para prestar contas de suas obras cristãs durante o curso de sua existência. Por isso, leva a sua vida controlada, seus deveres cumpridos, seu testemunho cristão em dia, sua obrigação para com a Igreja e com Deus o mais retamente possível, inclusive, é claro, na devolução do décimo parte de seus rendimentos a Deus.

XIV.9- Porque sabe que a avareza é pecado: *“Então lhes recomendou: Tende cuidado e guardai-vos de toda e qualquer avareza; porque a vida de um homem não consiste na abundância dos bens que ele possui”* (Lc 12.15 cf I Co 6.10; Ef 5.5). O avarento não herda o reino dos céus; e o pior deles é o que pratica avareza em relação ao seu Senhor e ao seu irmão em Cristo.

XIV.10- Porque conhece a generosidade de Cristo: *“Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra, como está escrito: Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre”* (II Co 9.8,9). A um Pai generoso como o do cristão não se responde com miserabilidade, mesquinhez, infidelidade e desonestidade. Por isso, e por ser filho da graça, o servo sincero é naturalmente liberal com Deus e com a Igreja.

XIV.11- Porque sabe que Cristo confirmou o dízimo: *“Ai de vós. Fariseus! Porque dais o dízimo da hortelã, da arruda e de todas as hortalças e desprezais a justiça e o amor de Deus; devíeis, porém, fazer estas coisas **sem omitir aquelas**”* (negrito nosso) (Lc 11.42 cf Mt 23.23; Lv 27.30). Cristo não condenou o dizimar até os condimentos de tão ínfimo valor, mas recriminou o dízimo hipócrita, sem a correspondência da verdadeira conversão, do testemunho sincero e do amor a Deus e ao próximo. Aqui, na verdade, o Mestre ensina: O dízimo é fruto de vida regenerada, não formalismo religioso exibicionista e vazio.

XIV.12- Porque sabe que deve o dízimo ao Sumo Sacerdote: *“Aliás, aqui são homens mortais os que recebem dízimos, porém ali, aquele de quem se testifica que vive”* (Hb 7.8 cf Hb 71-10; Gn 14. 17-20). Leiam os textos referidos. Cristo, o Sumo Sacerdote sucessor de Melquizedeque, com

muito mais razão faz jus ao dízimo. Se Abraão deu o seu dízimo a Cristo na figura de Melquizedeque, nós o devemos dar ao cumpridor da promessa, não ao tipo, mas à pessoa real do Sumo Sacerdote para sempre, prometido, Jesus Cristo, hoje à direita de Deus, o Pai, de onde intercede por nós dia e noite mas, ao mesmo tempo, está na terra, entre nós, como Cabeça de sua Igreja da qual somos todos membros reais, vivos e ativos. Entregar o dízimo à Igreja significa depositá-lo aos pés de nosso Sumo Sacerdote, o Filho de Deus. Quem não entrega seu dízimo, não adora Deus em Cristo de modo verdadeiramente objetivo, concreto, submissa e reverentemente.

XIV.13- Porque sabe que Igreja é missionária por natureza:

“Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações” (Mt 28.19 cf Mt 28.18-20; Mc 1.17). Toda vez que se entrega o dízimo ou se faz uma oferta, viabiliza-se a ação missionária da comunidade local, nacional e internacional. Uma Igreja de mesquinhos tende a ser educacional e missionariamente mesquinha. Perde o direito de exigir esforço evangelístico do ministério comunitário o crente que regateia o dízimo e fecha a mão às ofertas voluntárias e às contribuições especiais para obras específicas, necessárias e justas de sua grei. Quando todos cumprem seus deveres, ocupando os espaços destinados por Deus a cada um, sobram ministros e faltam críticos.

XV- OFERTA VOTIVA:

“Porém, abstendo-se de fazer o voto, não haverá pecado em ti” (Dt 23.22 cf Lv 27.11; Pv 20.25 Jz 11.30). O crente não deve fazer voto, mas se o fizer, não pode deixar de cumpri-lo. Há irmãos que fazem voto a Deus de, por exemplo, “doar” tal coisa, objeto ou quantia à Igreja por alguma bênção recebida. Semelhante voto deve ser rigorosamente cumprido, porque com Deus não se brinca; e ele leva a sério nossos votos. Se você “assina” um compromisso com a Igreja, que é um voto; não pode deixar de executá-lo. Cada compromisso firmado, mas não realizado, redundará em “mentira” a Deus, em “falsidade” com aquele que é profundamente sincero e verdadeiro com todos e sempre.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Diretas:

- 01- A Bíblia Sagrada; João Ferreira de Almeida; Revista e Atualizada no Brasil; Sociedade Bíblica do Brasil, SP, 1996.
- 02- Bíblia de Estudo de Genebra; Ed. Cultura Cristã, Sociedade Bíblica do Brasil, SP 1999.

Fontes Auxiliares:

- 03- **Mordomia**- Lição XII, Iniciação Doutrinária, Catecúmenos, 2ª Ed, 1982, pág. 91; Américo J. Ribeiro; Edição própria.

- 04- **Steward**- “oikonomos – oikonomia”- Theological Dictionary of the New Testament, Vol V, pág. 149, 1ª Ed. 1977, Eardmans Publicashing Company, Grand Rapids, Michigan, USA.
- 05- **Mordomia**- Enciclopédia Histórico – Teológica da Igreja Cristã, Editor Walter Elwel, Vol. II, Editora Vida Nova, 1990, pág. 552.
- 06- **Oferta Votiva**- Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento, § 1308^A, Edições Vida Nova, 1ª Ed.,1998, SP.
- 07- **Dízimo, dizimar**- Idem, §§ 1711c; 1711h.
Mamon – “Dinheiro para a Igreja”, Revista de Ed. Cristã, SOCEP, Vol. IV, Lição 02, Onezio Figueiredo, pág. 6.
- 08- **“Deus e o Dinheiro”**- Idem, Arival D. Casimiro, pág. 3.
- 09- **O Dízimo**- Idem, Boanerges Ribeiro, pág. 13.
- 10- **Dízimo**- Dicionário Enciclopédico da Bíblia, Ed. Vozes, 3ª _Ed., 1971, Petrópolis, RJ, coluna(pág.) 407.
- 11- **Mordomia Cristã e Finanças da Igreja**, obra em 3 volumes, 1ª Ed., de Paul R. Lindholm, CEP. Nesta obra, chamamos a atenção, em virtude de seu cunho prático, para o cap.: “O Mordomo Cristão e seu conhecimento de Deus”, vol. 2, pág, 46.
- 12- **Dízimo**- Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, vol. 1, pág. 675, Ed. Vida Nova, SP, 1981.
- 13- **Dízimos**- Novo Dicionário da Bíblia, vol. 1, Ed. Vida Nova, 1ª Ed, 1966, SP, pág. 435.
- 14- **Tithe**- The Interpreter`s Dictionary of the Bible, vol. 4, 1ª Ed. 1962, Abingdon Press, Nashville, N.Y., USA, pág. 654.
- 15- **Dízimos**- Dicionário da Bíblia; John Davis, 15ª Edição, 1989, JUERP, Rio de Najeiro, RJ, pág.164.
- 16- **Diezmo**, voto de Abraão- Juan Calvino; Istitución de la Religión Cristiana, Livro IV, cap. XIII, Item 4, conforme Vol II da obra citada, Fundación Ed. De Lit. Reformada, Stichting Uitgave Reformatorische Boeken, Rijswik(Z. H.) Países Baixos.
- 17- **Sobre a mordomia dos recursos clericais**: idem, Livro IV, cap. v, itens 16-19.
- 18- **Sobre uso mordômico dos bens materiais**: Idem, Livro III, cap. X, itens 1-6.